

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco
Juiz de Fora-MG, CEP 36038-330
- <http://www.hu-ufjf.ebserh.gov.br>

Edital - SEI

Processo nº 23765.010319/2025-63

Interessado: @interessados_virgula_espaco@

OBJETO: Contratação emergencial de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço, de natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de apoio de exames de ressonância magnética e de tomografia computadorizada, para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), unidade hospitalar Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento com prazo de vigência de até 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do art.29, inciso XV, da Lei nº 13.303/2016, e do art. 79, inciso XV do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0

EDITAL DE AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90020/2025

(Processo administrativo nº 23765.010319/2025-63)

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora - HU-UFJF, situado à Rua Catulo Breviglieri, s/nº - Bairro Santa Catarina - Juiz de Fora - MG, CEP: 36036-110, CNPJ 15.126.437/0025-10, UG 155903, por meio da Unidade de Compras e Licitações, realizará Dispensa Eletrônica, para seleção de propostas para contratação emergencial de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço, de natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de apoio de exames de ressonância magnética e de tomografia computadorizada, em caráter emergencial, conforme descrito neste Edital e seus anexos.

A contratação decorrente do presente processo será formalizada por dispensa de licitação emergencial, com fundamento no art. 79, inciso XV, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0 (RLCE 2.0), a partir da seleção da(s) proposta(s) de menor preço por grupo, e também obedecerá ao disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 8.945/2016, na Norma - SEI nº 03/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSEH, na Norma Operacional - SEI nº 7/2023/DAI-EBSEH, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3/2018, na Instrução Normativa nº SEGES/MP nº 05/2017, e às exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e nos seus anexos.

- **Data da sessão pública:** 30/07/2025

- **Horário da fase de lances:** 8h às 14:00h

- **Link:** <https://pncp.gov.br/editais?pagina=1>

- **Código da UASG:** 155903

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação emergencial de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço, de natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de apoio de exames de ressonância magnética e de tomografia computadorizada, para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), unidade hospitalar Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Edital de Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos, com prazo de vigência de até 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do art.29, inciso XV, da Lei nº 13.303/2016, e do art. 79, inciso XV do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0.

1.2. A contratação ocorrerá em item único, conforme tabela constante abaixo.

ITEM	CATSER	NATUREZA DA DESPESA DETALHADA	DESCRIÇÃO	Unidade	QUANTIDADE
1	10863	3.3.90.39.50	Serviços mensais de exame de ressonância magnética	Unidade	6
2	10740	3.3.90.39.50	Serviços mensais de exame de tomografia computadorizada	Unidade	6

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital de Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal - Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por

eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta seleção os fornecedores:

- 2.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 2.2.2. que não atendam às condições deste Edital de Aviso de Dispensa Eletrônica e seu(s) anexo(s);
- 2.2.3. cujo objeto social e atividades descritas no contrato social não sejam compatíveis com o objeto deste Edital de Aviso de Dispensa Eletrônica;
- 2.2.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, ressalvada a hipótese prevista no art. 129, parágrafo único, do RLCE 2.0;
- 2.2.5. que se enquadrem nas seguintes vedações previstas no art. 69 do RLCE 2.0:
 - 2.2.5.1. suspensão no âmbito da Rede Ebserh;
 - 2.2.5.2. declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
 - 2.2.5.3. impedida de licitar e de contratar com a União;
 - 2.2.5.4. constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - 2.2.5.5. cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - 2.2.5.6. constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - 2.2.5.7. cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - 2.2.5.8. que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
 - 2.2.5.9. cujo administrador ou sócio seja empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;
 - 2.2.5.10. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário da Ebserh;
 - 2.2.5.11. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh;
 - 2.2.5.12. integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh, bem como integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino e congêneres signatários de contratos de gestão com a Ebserh;
 - 2.2.5.13. quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;
 - b) empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou estejam envolvidos no respectivo processo de contratação;
 - c) autoridade do Ministério da Educação;
 - d) autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh;
 - 2.2.5.14. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses;
 - 2.2.5.15. o fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ele aplicada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado;
- 2.2.6. que estejam sob falência ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 2.2.7. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
 - 2.2.7.1. *A justificativa para vedação de participação de empresas reunidas em consórcio encontra-se no item 20.2.1 do Termo de Referência.*
- 2.2.8. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 2.2.9. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5, de 2017.

2.3. Será verificado o enquadramento dos fornecedores como parte relacionada para o fim de aplicação da Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh, disponível em <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>

2.4. Ao participar da dispensa eletrônica, o fornecedor interessado declara estar ciente de que deve observar o Código de Ética e Conduta da rede Ebserh, disponível em: https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/etica-e-integridade/sobre-etica-e-integridade/cee_codigo_de_etica_jun2020.pdf

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Edital de Aviso de Dispensa Eletrônica, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os bens e de substituir aqueles com avarias, defeitos ou fora das especificações.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital de Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/1991;

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 08:00h da data estabelecida neste Edital de Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Edital de Aviso de Dispensa Eletrônica.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 1%.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Ebserh, será realizada negociação para obtenção de condições mais vantajosas.

- 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Ebserh.
- 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.3. Ainda que o valor esteja dentro do estimado pela Ebserh, será formalizada negociação com o proponente que apresentar a melhor proposta.
- 5.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.6.1. conter vícios insanáveis;
 - 5.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 5.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 5.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 5.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
 - 5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.10. Se a proposta classificada em primeiro lugar for desclassificada, será examinada a subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.12. Caso a proposta selecionada possua quantitativo inferior ao total previsto, os próximos fornecedores, respeitada a ordem de classificação e as providências previstas nesta seção, também poderão ser contratados para o fornecimento dos bens, até o limite do quantitativo total dos itens.
- 5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital de Aviso de Dispensa Eletrônica.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no Termo de Referência anexo a este Edital e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.2.1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (Sicaf);
 - 6.2.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 6.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da interessada e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 6.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 6.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 6.3.3. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
 - 6.3.4. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.4.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
 - 6.4.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

- 6.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares ou que atestem condição preexistente à apresentação das propostas, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- 6.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaís quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.7.1. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.7.2. Serão aceitos registros de CNPJ de matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 6.9. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 6.9.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.
- 6.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.11. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital de Aviso de Dispensa Eletrônica.
- 6.11.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, a Ebserh examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 6.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação e inexistindo irregularidades no Cadin, o fornecedor será habilitado.
- 6.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, será realizada consulta ao Cadin, sendo que a existência de registro constitui fator impeditivo para que o licitante seja declarado vencedor, nos termos do art. 6º, inciso III, e art. 6º-A, da Lei n.º 10.522/2002.
- 6.13.1. Pode ser realizada diligência para oportunizar a comprovação de regularização da situação que deu causa à inclusão no Cadin, nos termos do art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei n.º 10.522/2002.

7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital de Aviso de Dispensa Eletrônica.
- 7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.3. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa dias) dias, podendo ser prorrogado no limite de 180 (cento e oitenta) dias, conforme previsão nos anexos a este Edital de Aviso de Dispensa Eletrônica.
- 7.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Comete infração administrativa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 178 do RLCE 2.0, quais sejam:
- 8.1.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 8.1.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos deste certame;
- 8.1.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- 8.1.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- 8.1.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução do objeto do certame;
- 8.1.8. não mantiver a proposta;
- 8.1.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei n.º 12.846/2013.

8.2. As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo que assegurará o devido processo legal, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 13.303/2016, no RLCE 2.0 e na Norma Operacional - SEI nº 7/2023/DAI-EBSERH - no que for compatível com o RLCE 2.0 - ou outra que vier a substituí-la, aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 9.784/1999.

8.3. A autoridade competente para a aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

8.4. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Aviso de Dispensa Eletrônica, em hipótese alguma, afastará a obrigação de reparação integral do dano causado à Ebserh.

8.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, for identificada a prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/2013, será aberto processo relacionado para levantamento preliminar dos indícios vislumbrados, com elaboração de relatório circunstanciado acerca do tema e posterior remessa à Corregedoria-Geral, para ciência e adoção de providências para decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, nos termos do Decreto n.º 8.420/2015.

8.5.1. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.6. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf. Quando a sanção aplicada decorrer de PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), de que trata a Lei n.º 12.846/2013.

8.7. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência anexo a este Edital.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal da Ebserh.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Edital de Aviso de Dispensa Eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Ebserh poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Edital de Aviso de Dispensa Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Ebserh não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital de Aviso de Dispensa Eletrônica e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Termo de Referência.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

10. ANEXOS

10.1. Integram este Edital de Aviso de Dispensa Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.1.1. Anexo I - Termo de Referência (Documento SEI nº 51489802);

10.1.1.1. Os seguintes anexos integram o Termo de Referência:

10.1.2. Matriz de Gerenciamento de Riscos nº 46/2025 (SEI nº 50773168);

10.1.3. Encarte A - Modelo de Ordem de Serviço (SEI nº 50787354);

- 10.1.4. Encarte B – Instrumento de Medição do Resultado (SEI nº 50787756);
 - 10.1.5. Encarte C – Tabela de Referência de Multas (SEI nº 50813077);
 - 10.1.6. Encarte D – Modelo de Proposta (SEI nº 50813135);
 - 10.1.7. Encarte E – Modelo de Recebimento Provisório (SEI nº 50813207); e
 - 10.1.8. Encarte F – Modelo de Recebimento Definitivo (SEI nº 50813365).
- 10.1.9. Anexo II - Minuta de Termo de Contrato (Documento SEI nº 51593010);
 - 10.1.10. Anexo III - Modelo Declaração de Inexistência de Impedimentos (Documento SEI nº 51310347).

Juiz de Fora/MG, *data da assinatura eletrônica.*

(assinado eletronicamente)

ANA CLARA DE ALMEIDA TEIXEIRA FERNANDES

Chefe da Unidade de Compras e Licitações substituta

Matrícula SIAPE nº 325****

Aprovo o Edital nos termos do artigo 4º, inciso XVIII, da Portaria-SEI nº 08, de 09 de janeiro de 2019, c/c artigo 4º, inciso II, alínea "d", da Portaria-SEI nº 123, de 06 de junho de 2019.

(assinado eletronicamente)

BRUNO AZEVEDO GOMES FREITAS

Gerente Administrativo

Matrícula SIAPE nº 184****



Documento assinado eletronicamente por **Ana Clara de Almeida Teixeira Fernandes, Chefe de Unidade, Substituto(a)**, em 25/07/2025, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Azevedo Gomes Freitas, Superintendente, Substituto(a)**, em 25/07/2025, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **51692861** e o código CRC **41E9A515**.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco
Juiz de Fora-MG, CEP 36038-330
- <http://www.hu-ufjf.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23765.010319/2025-63

1. DO OBJETO

Contratação emergencial de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço, de natureza continuada sem dedicação exclusiva de mão de obra de apoio de exames de ressonância magnética e de tomografia computadorizada, para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), unidade hospitalar Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento com prazo de vigência de até 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do art.29, inciso XV, da Lei nº 13.303/2016, e do art. 79, inciso XV do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0

ITEM	CATSER	NATUREZA DA DESPESA DETALHADA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	10863	3.3.90.39.50	Serviços mensais de exame de ressonância magnética	Unidade	6
2	10740	3.3.90.39.50	Serviços mensais de exame de tomografia computadorizada	Unidade	6

1.1. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:

- 1.1.1. Matriz de Gerenciamento de Riscos nº 46/2025 (SEI nº 50773168);
- 1.1.2. Encarte A - Modelo de Ordem de Serviço (SEI nº 50787354);
- 1.1.3. Encarte B - Instrumento de Medição do Resultado (SEI nº 50787756);
- 1.1.4. Encarte C - Tabela de Referência de Multas (SEI nº 50813077);
- 1.1.5. Encarte D - Modelo de Proposta (SEI nº 50813135);
- 1.1.6. Encarte E - Modelo de Recebimento Provisório (SEI nº 50813207); e
- 1.1.7. Encarte F - Modelo de Recebimento Definitivo (SEI nº 50813365).

1.2. Conforme § 1º do ar. 24 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0, ficam dispensados a elaboração de estudos técnicos preliminares e o gerenciamento de riscos, salvo na fase de Gestão do Contrato e diante da ocorrência de eventos relevantes, quando se tratar de contratações diretas de baixo valor, aquelas cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 79 deste Regulamento.

1.3. Para a viabilidade da contratação, a empresa deverá ser capaz de realizar os exames abaixo definidos, conforme previstos, quando couber, no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP).

GRUPO	DESCRIÇÃO
1	ANGIORESSONÂNCIA CEREBRAL ARTERIAL OU VENOSA
	ANGIORESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE ABDÔMEN SUPERIOR
	ANGIORESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE Pelve
	RESSONÂNCIA ATM (BILATERAL)
	RESSONÂNCIA COL. CERVICAL - (PESCOÇO, LARINGE, FARINGE, TIREOIDE, GLÂNDULAS SALIVARES)
	RESSONÂNCIA COL LOMBO SACRA
	RESSONÂNCIA COL. TORACICA
	RESSONÂNCIA DE CRANIO - (ÓRBITAS, OUVIDOS, FACE)
	RESSONÂNCIA SELA TURSICA
	RESSONÂNCIA MEMBRO SUPERIOR (OMBRO, BRAÇO, COTOVELO, ANTEBRAÇO, PUNHO E MÃO. CADA MEMBRO SUPERIOR)
	RESSONÂNCIA TORAX
	RESSONÂNCIA ABD. SUPERIOR
	RESSONÂNCIA BACIA/PELVE - (ABD. INFERIOR)
	RESSONÂNCIA MEMBRO INFERIOR (ARTICULAÇÃO COXOFEMURAL, COXA, JOELHO, PERNA, TORNOZELO E PÉ DE CADA MEMBRO)
	RESSONÂNCIA VIAS BILIARES (COLANGIORES)
	RESSONÂNCIA CARDÍACA
	ENTERORRESSONÂNCIA (COBRADO ABD SUPERIOR + BACIA/PELVE)
	ADMINISTRAÇÃO DE CONTRASTE PARA RESSONÂNCIA
	TOMOGRAFIA ART. MEMBRO INFERIOR - (INCLUI ART. SACRO ILÍACA)
	TOMOGRAFIA COL. CERVICAL
	TOMOGRAFIA COL. LOMBO SACRA

2	TOMOGRAFIA COL. TORÁCICA
	TOMOGRAFIA FACE/SEIOS DA FACE/ATM
	TOMOGRAFIA PESCOÇO - (LARINGE, FARINGE, TIREOIDE, GLÂNDULAS SALIVARES)
	TOMOGRAFIA SELA TURCICA
	TOMOGRAFIA CRANIO - (ÓRBITAS, OUVIDO, HIPÓFISE)
	TOMOGRAFIA ART. MEMBRO SUPERIOR
	TOMOGRAFIA SEGMENTOS APENDICULARES (MÃO, PÉ)
	TOMOGRAFIA DE TORAX
	TOMOGRAFIA ABD. SUPERIOR
	TOMOGRAFIA BACIA/ PELVE - (ABD. INFERIOR)
	ENTERO TOMOGRAFIA - (COBRADO TC ABD. SUPERIOR + PELVE)
	ANGIOTOMOGRAFIA CRÂNIO/PESCOÇO
	ANGIOTOMOGRAFIA TÓRAX
	ANGIOTOMOGRAFIA ABDOME
	ANGIOTOMOGRAFIA PELVE
	ANGIOTOMOGRAFIA MEMBROS SUPERIORES
	ANGIOTOMOGRAFIA MEMBROS INFERIORES
	ADMINISTRAÇÃO DE CONTRASTE PARA TOMOGRAFIA

1.4. Para os serviços de exames de imagem a previsibilidade da quantidade não se mostra possível antes da contratação. Desta maneira, será realizado o controle da prestação por meio de ordens de serviço a cada execução e a licitação será composta de um grupo de reserva orçamentária anual para cada grupo específico de exame.

2. **DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

2.1. **Da Fundamentação**

2.1.1. Os seguintes normativos regulamentam a prestação dos serviços:

- 2.1.1.1. Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 - Estatuto Jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e suas subsidiárias;
- 2.1.1.2. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- 2.1.1.3. Decreto Federal nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal;
- 2.1.1.4. Decreto Federal nº 9.178, de 23 de outubro de 2017 - Altera o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012;
- 2.1.1.5. Decreto Federal nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 - Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;
- 2.1.1.6. Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- 2.1.1.7. Decreto Federal nº 7.746, de 5 de junho de 2012 - Regulamenta e estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;
- 2.1.1.8. Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0;
- 2.1.1.9. Instrução Normativa - SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços;
- 2.1.1.10. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 27 de junho de 2014 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral (atualizada pela IN SEGES/MP nº 03, de 20 de abril de 2017);
- 2.1.1.11. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- 2.1.1.12. Norma - SEI nº 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH - Dispõe sobre a Norma Operacional de Pesquisa de Preços da Rede Ebserh;
- 2.1.1.13. Norma CNEN NN 3.01 - Resolução 323/24 de Abril / 2024 - Requisitos Básicos de Radioproteção e Segurança Radiológica de Fontes de Radiação;
- 2.1.1.14. A Resolução RDC nº 611, de 9 DE março DE 2022 do Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Diretoria Colegiada - Estabelece os requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista e regulamenta o controle das exposições médicas, ocupacionais e do público decorrentes do uso de tecnologias radiológicas diagnósticas ou intervencionistas.
- 2.1.1.15. Resolução SES/MG nº 7533, de 02 DE junho de 2021 - Aprova o Regulamento Técnico que estabelece os requisitos básicos de proteção e segurança em ressonância magnética - RM - e disciplina a prática, visando à defesa da saúde dos pacientes, dos profissionais envolvidos e do público em geral.
- 2.1.1.16. Resolução CFM nº 2107 de 25 de setembro 2014 - Define e normatiza a Telerradiologia e revoga a Resolução CFM nº 1890/09.

2.1.2. **Da Justificativa**

2.1.2.1. O Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF) possui contrato administrativo com a empresa **Núcleo de Diagnóstico por Imagem LTDA com término em 01/07/2025;**

2.1.2.2. Considerando a recusa formal da empresa em prorrogar o Contrato SEI nº 014/2021, que trata da realização de exames de ressonância magnética e tomografia computadorizada.

2.1.2.3. Considerando que a única empresa remanescente habilitada no Pregão Eletrônico nº 22/2021, **TCR Imagiologia LTDA**, encontra-se com restrição fiscal (CADIN) e, apesar de estar adotando medidas para regularização, ainda não apresenta plena regularidade;

2.1.2.4. Considerando a urgente necessidade de garantir a continuidade da realização dos exames, imprescindíveis para o diagnóstico e tratamento de pacientes, e também essenciais para as atividades de ensino e formação profissional no âmbito do HU-UFJF;

2.1.2.5. Considerando que os serviços internos de imagem serão temporariamente interrompidos devido à obra de instalação de novo tomógrafo, conforme o Contrato SEI nº 023/2025, o que torna inviável manter o atendimento apenas com recursos próprios;

2.1.2.6. Considerando que não há tempo hábil para realização de nova licitação ou contratação remanescente, em razão do prazo iminente de encerramento contratual (01/07/2025) e da urgência da demanda;

2.1.2.7. Considerando, ainda, a restrição significativa de mercado local, causada tanto por desinteresse de fornecedores quanto por impedimentos legais, o que dificulta uma solução alternativa em tempo oportuno;

2.1.2.8. A presente contratação justifica-se pela necessidade de manutenção da prestação ininterrupta de serviços essenciais, garantindo a qualidade da assistência à saúde pública e o cumprimento das finalidades institucionais da unidade hospitalar.

2.1.2.9. Conclui-se que a situação se enquadra nas hipóteses de contratação emergencial previstas na legislação vigente, justificando-se a dispensa de licitação emergencial para contratação temporária de empresa apta a garantir a prestação dos serviços de exames de imagem, evitando a desassistência dos usuários do SUS e a interrupção de atividades essenciais do hospital.

3. **DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. Para execução completa da solução, a empresa contratada produzirá os seguintes resultados e atenderá as seguintes cláusulas contratuais:

3.1.1. Deter instalações e aparelhamento adequados, além de técnicos especializados e disponíveis para a realização do objeto, sendo responsável pela execução dos serviços;

3.1.2. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, adotando todas as orientações e procedimentos especificados no Termo de Referência;

3.1.3. Iniciar os serviços imediatamente após a data da assinatura do contrato;

3.1.4. Possuir estabelecimento para prestação de serviço no município de Juiz de Fora - MG;

3.1.4.1. Para os exames de ressonância, os serviços serão prestados nas dependências da Contratada e deverão estar à disposição da contratante de segunda-feira à sexta-feira das 7h às 19h, e aos sábados das 8h às 12h;

3.1.4.2. Para os exames de tomografia os serviços serão prestados nas dependências da Contratada e deverão estar à disposição da contratante de segunda-feira à sexta-feira das 7h às 19h, e aos sábados das 8h às 14h;

3.1.5. Disponibilizar área de estacionamento para ambulâncias em locais estratégicos a fim de promover melhor logística de transporte de pacientes entre as dependências da contratante e da contratada;

3.1.6. Emitir os laudos clínicos referentes aos exames realizados nas suas dependências, os quais deverão ser encaminhados ao HU-UFJF no prazo máximo de 48 horas após a realização dos exames;

3.1.6.1. Após a realização dos exames, a contratada deverá entregar, imediatamente para o paciente, as imagens impressas e gravadas em *compact disc* (CD) ou disponibilizado acesso remoto às mesmas via internet, para que o mesmo retorne às dependências do HU-UFJF com o documento impresso e forma de acesso digital (CD ou internet).

3.1.7. Permitir que a realização dos exames seja acompanhada por residentes, estagiários, servidores ou professores designados pela contratante;

3.1.8. Na impossibilidade eventual de não realização dos exames nas suas dependências, a contratada deverá indicar outra empresa para a prestação dos serviços, nos mesmos moldes e custos dos serviços contratados, sem ônus para a contratante, ficando a contratada obrigada a arcar com possíveis diferenças de custo;

3.1.9. Ser responsável pelo fornecimento e administração de contraste dos usuários SUS, quando constatada tal necessidade para realização dos exames;

3.1.10. Arcar com os impostos, seguros, taxas, encargos sociais, e obrigações trabalhistas e cíveis decorrentes do objeto;

3.1.11. Guardar sigilo absoluto sobre as informações colocadas à sua disposição em razão dos serviços executados;

3.1.12. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços;

3.1.13. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade relacionada com o serviço contratado, prestando à contratante os esclarecimentos julgados necessários;

3.1.14. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o serviço objeto deste contrato sem anuência.

3.2. Ressalta-se que a responsabilidade pelas despesas com a remoção e transporte dos usuários SUS até as dependências da Contratada,

para realização dos exames, será exclusiva da Contratante.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRAÇÃO

4.1. A contratação de clínica especializada na realização dos exames de imagem deverá atender os seguintes requisitos a fim de satisfazer à demanda do HU-UFJF quanto ao atendimento das necessidades de diagnósticos dos usuários do SUS internados na instituição, além de atendimento às legislações vigentes:

IDENTIFICAÇÃO	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA	UNIDADE REQUISITANTE
1	Possuir estabelecimento para prestação de serviço no município de Juiz de Fora - MG	A necessidade de que a prestadora realize os exames dentro da cidade de Juiz de Fora/MG decorre do fato de o HU-UFJF atender pacientes gravemente enfermos que encontram-se hemodinamicamente instáveis. O menor tempo de deslocamento proporciona uma segurança maior aos pacientes necessitados do exame, implicando em uma redução do risco de piora do quadro de saúde dos paciente	Unidade de Diagnósticos por Imagem
2	Possuir registro no Conselho Regional de Medicina (CRM)	Cumprimento da Lei nº 6.839/1980, e das Resoluções CFM nº 997/1980, e 1.980/2011	
3	Possuir registro no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia (CRTR)	Cumprimento da Lei nº 6.839/1980, da Lei nº 7.394/1985, do Decreto Lei nº 92.790/1986, e das Resoluções CONTER nº 007/1989 e 044/1992	
4	Possuir registro junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)	Cumprimento da Portaria MS/GM nº 1.646, de 2 de outubro de 2015	
5	Apresentar Alvará Sanitário emitido pela vigilância sanitária estadual ou municipal	Cumprimento da Lei nº 9.782/1999, e da Lei nº 6.437/1977	
6	Manter regular o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)	Cumprimento da NR-7 e da NR-9 do Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia	
7	Possuir contrato de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados na prestação dos serviços	Cumprimento da Resolução da Diretoria Colegiada nº 330/ 2019, da Anvisa	
8	Possuir central de atendimento por telefone	Atender à necessidade de rápido acionamento para programar a realização dos exames diagnósticos	
9	Possuir vaga para ambulância destinada ao embarque e desembarque de pacientes	Proporcionar segurança aos pacientes e profissionais envolvidos com sua remoção nos momentos de embarque e desembarque.	
10	Os serviços de tomografia deverão estar à disposição da contratante de segunda-feira à sexta-feira das 7h às 19h, e aos sábados das 8h às 14h;	A cobertura ampla para prestação dos serviços decorre da necessidade de atender rapidamente pacientes instáveis que precisam de diagnóstico clínico preciso em curto espaço de tempo.	
11	Para os serviços de ressonância magnética deverão estar à disposição de segunda-feira à sexta-feira das 7h às 19h e aos sábados das 8h às 12h	A cobertura atende às necessidades de prestação dos serviços dentro do horário de trabalho regular de ressonância magnética, de forma a atender às necessidades ambulatoriais e de internamento	
12	Enviar as imagens imediatamente após a realização do exame, juntamente com a remoção do paciente, e emitir o laudo clínico referente ao exame, que será encaminhado ao Hospital Universitário da UFJF, no prazo máximo de 48 horas	Atendimento à necessidade do rápido laudo dos pacientes, tendo em vista suas condições graves que precisam de um diagnóstico para condução do caso	
13	Permitir que a realização dos exames seja acompanhada por residentes, estagiários, servidores ou professores designados pela contratante	Atendimento à necessidade do programa de radiologia e diagnóstico por imagem previsto pela matriz de competência da Comissão Nacional de Residência Médica.	
14	Apresentar atestado de capacidade técnica que comprove ter a proponente desenvolvido atividades pertinentes e compatíveis aos constantes com o objeto desse Instrumento	O requisito está previsto na Instrução Normativa nº 5/2017 (instrução normativa que regulamenta a prestação de serviços e que por força do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh estamos vinculados) e comanda que no seu item 10.2 do ANEXO VII-A que "Para a habilitação exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, a documentação prevista no art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993". Na Lei nº 8.666/1993 como requisito de habilitação técnica foi previsto a possibilidade de "II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da	

		qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;"
15	Comprovar possuir à sua disposição, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente responsável tecnicamente pelos serviços prestados	O requisito está previsto no art. 65, inciso III, alínea "a" do RLCE 2.0

4.2. Para a viabilidade da contratação a empresa deverá ser capaz de realizar os exames abaixo definidos conforme previstos no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP).

CÓDIGO SIGTAP	DESCRIÇÃO
0207010013	ANGIORESSONÂNCIA CEREBRAL ARTERIAL OU VENOSA
0207010021	RESSONÂNCIA ATM (BILATERAL)
0207010030	RESSONÂNCIA COL. CERVICAL - (PESCOÇO,LARINGE ,FARINGE, TIREOIDE, GLÂNDULAS SALIVARES)
0207010048	RESSONÂNCIA COL LOMBO SACRA
0207010056	RESSONÂNCIA COL. TORACICA
0207010064	RESSONÂNCIA DE CRANIO - (ÓRBITAS,OUVIDOS, FACE)
0207010072	RESSONÂNCIA SELA TURSICA
0207020027	RESSONÂNCIA MEMBRO SUPERIOR (OMBRO, BRAÇO, COTOVELO, ANTEBRAÇO, PUNHO E MÃO. CADA MEMBRO SUPERIOR.)
0207020035	RESSONÂNCIA TORAX
0207030014	RESSONÂNCIA ABD. SUPERIOR
0207030022	RESSONÂNCIA BACIA/PELVE - (ABD. INFERIOR)
0207030030	RESSONÂNCIA MEMBRO INFERIOR (ARTICULAÇÃO COXOFEMURAL, COXA, JOELHO, PERNA, TORNOZELO E PÉ DE CADA MEMBRO)
0207030049	RESSONÂNCIA VIAS BILIARES (COLANGIORES)
0207020019	RESSONÂNCIA CARDÍACA
0206030029	TOMOGRAFIA ART. MEMBRO INFERIOR - (INCLUI ART. SACRO ILÍACA)
0206010010	TOMOGRAFIA COL. CERVICAL
0206010028	TOMOGRAFIA COL. LOMBO SACRA
0206010036	TOMOGRAFIA COL. TORÁCICA
0206010044	TOMOGRAFIA FACE/SEIOS DA FACE/ ATM
0206010052	TOMOGRAFIA PESCOÇO - (LARINGE ,FARINGE, TIREOIDE, GLÂNDULAS SALIVARES)
0206010060	TOMOGRAFIA SELA TURCICA
0206010079	TOMOGRAFIA CRANIO - (ÓRBITAS, OUVIDO, HIPÓFISE)
0206020015	TOMOGRAFIA ART. MEMBRO SUPERIOR
0206020023	TOMOGRAFIA SEGMENTOS APENDICULARES (MÃO, PÉ)
0206020031	TOMOGRAFIA DE TORAX
0206030010	TOMOGRAFIA ABD. SUPERIOR
0206030037	TOMOGRAFIA BACIA/ PELVE - (ABD. INFERIOR)

4.3. Além dos exames previstos no SIGTAP serão necessários exames não previstos nesta tabela conforme definido abaixo.

DESCRIÇÃO
ENTEROTOMOGRAFIA - (COBRADO TC ABD. SUPERIOR + PELVE)
ENTERORRESSONÂNCIA - (COBRADO ABD SUPERIOR + BACIA/PELVE)
ANGIOTOMOGRAFIA CRÂNIO/PESCOÇO
ANGIOTOMOGRAFIA TÓRAX
ANGIOTOMOGRAFIA ABDOME
ANGIOTOMOGRAFIA PELVE
ANGIOTOMOGRAFIA MEMBROS SUPERIORES
ANGIOTOMOGRAFIA MEMBROS INFERIORES
ANGIORESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE ABDÔMEN SUPERIOR
ANGIORESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE PELVE
FORNECIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE CONTRASTE

5. DO REGIME DE EXECUÇÃO

5.1. A presente contratação adotará como regime de contratação por preço unitário e por um período de até 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do art.29, inciso XV, da Lei nº 13.303/2016, e do art. 79, inciso XV do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserrh 2.0.

6. DA NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO

6.1. As obrigações decorrentes este procedimento de seleção do fornecedor serão formalizadas mediante a celebração de Contrato Administrativo, com vigência por um período de até 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do art.29, inciso XV, da Lei nº 13.303/2016, e do art. 79, inciso XV do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0

6.1.1. O Contrato administrativo e suas alterações serão assinadas eletronicamente através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, mediante cadastro a ser realizado pelo HU-UFJF, após encerrada a fase seleção do fornecedor;

6.1.2. O Contrato administrativo deverá ser assinado no prazo de 5 (cinco) dias contados da disponibilização para assinatura pela Unidade de Contratos.

7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Do início da execução dos serviços

7.1.1. Implantar os serviços contratados imediatamente após a assinatura do contrato e após a emissão da Ordem de Serviço conforme modelo que consta no **Encarte A - Modelo de Ordem de Serviço (SEI nº 50787354)** de acordo com as condições estabelecidas e conforme especificações deste Instrumento.

7.1.2. A contratada deverá informar ao contratante, em tempo hábil, sobre qualquer motivo que impossibilite assunção dos serviços objeto deste Instrumento.

7.2. Do controle e fiscalização da execução

7.2.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 161 e 163 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh;

7.2.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato

7.2.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

7.2.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no art. 177 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh;

7.2.5. A conformidade do material, da técnica ou do equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

7.2.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

7.2.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 183 e 184 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh;

7.2.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

7.2.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme **Encarte B (Documento SEI nº 48349715)** para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

7.2.9.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.9.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

7.2.11. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

7.2.11.1. não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 177 do RLCE 2.0;

7.2.11.2. não configure descaracterização do objeto contratado;

7.2.12. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

7.2.13. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados;

7.2.14. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

7.2.15. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

7.2.16. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência;

7.2.17. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

7.2.18. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

7.2.19. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, aplicável no que for pertinente à contratação;

7.2.20. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais;

7.2.21. O fiscal técnico do Contrato resultante desta dispensa de licitação emergencial será o empregada pública **EDSON MARCIEL DOS REIS**, Matrícula SIAPE nº 326****, CPF ***.854.116-**;

7.2.22. O fiscal técnico substituto do Contrato resultante desta dispensa de licitação emergencial será a empregada pública **MAYARA LUIZA DE OLIVEIRA**, Matrícula SIAPE nº 307****, CPF ***.972.367-**.

7.2.23. O gestor resultante desta dispensa de licitação emergencial será o empregado público **FLÁVIO FERREIRA TAVARES**, Matrícula SIAPE nº 326****, CPF ***.599.986-**..

8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Do recebimento e aceitação do objeto

8.1.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório dos serviços, seguindo o **Encarte E (Documento SEI nº 50813207)**.

8.1.2. No prazo de até 5 dias do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

8.1.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

8.1.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

8.1.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

8.1.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.1.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.1.3.2. No prazo de até 5 dias a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

8.1.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único empregado/servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo, conforme o **Encarte F (Documento SEI nº 50813365)**.

8.1.3.3. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.1.3.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

8.1.4. No prazo de até 5 dias a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

8.1.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

8.1.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.1.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

8.1.5. O recebimento da última etapa da execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:

8.1.5.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

8.1.5.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 97 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh;

8.1.5.3. O prazo para recebimento definitivo será de e até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da finalização dos trâmites de finalização contratual;

8.1.5.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.

8.1.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

8.1.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.2. Do pagamento

8.2.1. Os pagamentos serão efetuados por meio de Ordens Bancárias emitidas pelo Sistema Integrado de Administração e Finanças (SIAFI) do Governo Federal, mediante o recebimento da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), pela unidade administrativa responsável pela gestão do contrato, contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados;

8.2.1.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento definitivo da NFS-e;

8.2.1.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 79 do RLCE 2.0, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da NFS-e.

8.2.1.2. Considera-se ocorrido o recebimento definitivo da NFS-e no momento em que o gestor do contrato proceder à elaboração de termo circunstanciado manifestando o recebimento dos serviços;

8.2.1.3. Não se realizará pagamento do serviço prestado por meio de Boleto Bancário, os pagamentos serão efetuados, apenas, mediante apresentação de NFS-e.

8.2.2. Havendo erro na apresentação da NFS-e, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

8.2.3. A emissão da NFS-e deverá ocorrer do primeiro dia útil até o décimo dia do mês posterior ao da prestação de serviços;

8.2.3.1. A emissão da NFS-e será precedida do recebimento provisório dos serviços;

8.2.3.2. No primeiro e último mês da vigência do contrato, as NFS-e serão parciais, isto é, correspondente apenas aos dias em que o serviço foi executado, de tal forma que o período de competência da prestação de serviços constante no documento fiscal seja compatível com o mês comercial;

8.2.3.3. A NFS-e a que se referir a prestação de serviços deverá possuir validação do sistema da Prefeitura de Juiz de Fora caso a Contratada seja do município, ou da prefeitura do respectivo município do estabelecimento da Contratada;

8.2.3.4. A Contratada é obrigada a emitir NFS-e de serviço pelo município de estabelecimento e terá que encaminhar para o e-mail acordado com o gestor do contrato o documento em arquivo digital no formato *pdf*.

8.2.3.5. A Contratada deverá obrigatoriamente destacar na NFS-e a tributação a ser retida, conforme artigo 2º, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012;

8.2.3.5.1. A Contratada que possua domicílio em Juiz de Fora, deverá utilizar o código municipal de contribuintes (CMC) de número 153.997/00-1, vinculado ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) 15.126.437/0025-10;

8.2.3.6. A NFS-e deverá conter na descrição, ou nas informações complementares, os seguintes dados: o período de prestação dos serviços; o número da licitação e o número do contrato correspondente; e os dados bancários para a realização do pagamento (banco, agência e conta-corrente);

8.2.3.7. Conforme Anexo XI, item 3, da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, além dos elementos descritos nos itens acima, a NFS-e deverá obrigatoriamente expressar os seguintes elementos essenciais:

- a) a competência da nota fiscal que deve ser o mês da data de emissão da nota fiscal, sendo este o mês posterior ao período de prestação de serviços;
- b) a data de emissão posterior ao período de prestação dos serviços;
- c) o valor a pagar;
- d) o CNPJ do tomador do serviço, conforme previsto em Contrato;
- e) o endereço do tomador, conforme previsto em Contrato;
- f) o CNPJ do prestador do serviço, que deverá ser o mesmo que a Contratada apresentou nos documentos de habilitação da licitação que deu origem ao contrato;
- g) o prazo de validade;
- h) os dados do contrato;
- i) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3.8. É possível a emissão da NFS-e pela filial ou matriz do CNPJ indicado no item 8.2.3.8, letra "f", desde que a filial ou matriz mantenha as condições de habilitação da licitação.

8.2.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, será efetuada a retenção ou glosa no

pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 8.2.4.1. Não produziu os resultados acordados;
 - 8.2.4.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 8.2.4.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 8.2.5. A glosa ou retenção será formalizada por meio de formulário específico e será aplicada no mês subsequente ao de competência da ocorrência do fato gerador, assegurada à Contratada a ampla defesa.
- 8.2.6. Quando houver a glosa parcial dos serviços, a Contratante deverá comunicar à Contratada para que emita a NFS-e com o valor exato com a aplicação da glosa do mês anterior, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado pela Contratante, conforme Anexo XI, item 4.2, da IN SEGES/MPDG nº 5/2017;
- 8.2.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.2.8. A NFS-e deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
- 8.2.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da IN SEGES/MP nº 3/2018.
- 8.2.10. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital, observadas as seguintes condições, conforme art. 31 da IN SEGES/MP nº 3/2018.
- 8.2.10.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, deve-se providenciar a sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a Contratada regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Contratante, conforme incisos I e II do art. 31 da IN SEGES/MP nº 3/2018.
 - 8.2.10.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Contratante, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, conforme inciso III do art. 31 da IN SEGES/MP nº 3/2018.
 - 8.2.10.3. Persistindo a irregularidade, a Contratante adotará as medidas necessárias à rescisão do Contrato, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à Contratada a ampla defesa, conforme inciso IV do art. 31 da IN SEGES/MP nº 3/2018.
 - 8.2.10.4. Havendo a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF, conforme inciso V do art. 31 da IN SEGES/MP nº 3/2018.
 - 8.2.10.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pelo Superintendente do HU-UFJF, não será rescindido o Contrato na situação irregular no SICAF, conforme inciso VI do art. 31 da IN SEGES/MP nº 3/2018.
- 8.2.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 05/2017, na fonte, dos seguintes tributos, quando couber:
- 8.2.11.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;
 - 8.2.11.2. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
 - 8.2.11.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema;
 - 8.2.11.4. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;
 - 8.2.11.5. Caso a Contratada tenha incentivo fiscal ou alíquota diferenciada deverá enviar declaração do seu contador responsável a respeito do enquadramento aplicável.
- 8.2.12. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.
- 8.2.13. Em caso de dúvidas sobre emissão da NFS-e ou mudança do enquadramento fiscal, a Contratada deverá entrar em contato com o Setor de Contabilidade (SCONT) nos contatos informados pelo gestor do contrato.
- 8.2.14. Em caso de posicionamento sobre pagamento de NFS-e após findar dos prazos definidos neste item, a Contratada poderá entrar em contato com ao Setor de Gestão Orçamentária e Financeira (SGOF) nos contatos informados pelo gestor do contrato.
- 8.2.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente

9. DA FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 9.1. Trata-se de serviço comum, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser Contratado mediante Termo de Referência - SEI 51489802 SEI 23765.010319/2025-63 / pg. 9

dispensa de licitação emergencial, nos termos do art. 79, inciso XV do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0

9.2. A natureza do objeto da presente contratação é definida como comum nos termos do art. 14 da IN SEGES/MP nº 05/2017 c/c art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016 c/c art. 4º, inciso IV, do RLCE 2.0.

9.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 4º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada;

9.4. Os serviços contratos são definidos como continuados nos termos do art. 15 da IN SEGES/MP nº 05/2017 c/c art. 2º, inciso VI, Portaria-SEI nº 379, de 01 de setembro de 2020 (Documento SEI nº 8742733).

9.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

9.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de 1% conforme jurisprudência do TCE-SP (TC-015196/026/09-Pleno e TC-000783/008/15-Primeira Câmara);

9.7. Na dispensa de licitação emergencial, não é obrigatória a preferência por microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, IV, da LC nº 123/2006.

10. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Das condições de participação

10.1.1. Formalização de declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República;

10.1.2. Formalização de declaração de não enquadramento nas hipóteses previstas no art. 69 do RLCE 2.0 e no art. 18, XI, da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

10.1.3. Apresentar proposta de forma clara e objetiva, em documento não editável, em conformidade com o ato convocatório, na forma do modelo previsto no **Encarte D (Documento SEI nº 50813135)**.

10.1.3.1. A apresentação das propostas para os itens 01 e 02 deverá considerar, como valor unitário, o montante correspondente ao custo estimado da quantidade mensal de exames prevista.

10.1.3.2. Assim, conforme indicado no **Encarte D (Documento SEI nº 50813135)**, o **valor unitário** a ser informado no sistema eletrônico de compras deverá corresponder ao seguinte cálculo:

10.1.3.2.1. Item 01 (Ressonância Magnética): deverá ser informado o valor total obtido a partir do somatório dos valores da *Coluna 'C'* de todos os exames de ressonância magnética listados para o referido item;

10.1.3.2.2. Item 02 (Tomografia Computadorizada): deverá ser informado o valor total obtido a partir do somatório dos valores da *Coluna 'C'* de todos os exames de tomografia computadorizada listados para o referido item.

10.1.3.3. O valor unitário lançado no sistema corresponderá ao custo mensal estimado da execução dos exames previstos em cada item, e não ao custo individual por exame.

10.1.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.2. Das condições para contratação do fornecedor

10.2.1. Da habilitação jurídica

10.2.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.2.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.2.1.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.2.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.2.1.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.2.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

10.2.1.8. Registro junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

10.2.1.9. **Alvará de Localização** ou equivalente, documento oficial emitido pela prefeitura ou outro órgão municipal competente que autoriza a instalação e o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, de serviços ou institucionais em determinado local.

10.2.1.9.1. Caso o Alvará esteja vencido ou, no momento da análise documental, dentro do mês de vencimento, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido no prazo mínimo que anteceder o vencimento.

10.2.1.9.2. Caso a licitante seja dispensada do Alvará, a mesma deverá apresentar documento que comprove a isenção ou declaração de disponibilidade da licença ou ainda declaração de que a licitante reúne condições de apresentá-la quando solicitado pela Administração.

10.2.1.10. **Alvará Sanitário** emitido pela vigilância sanitária estadual ou municipal.

10.2.1.10.1. Caso o Alvará esteja vencido ou, no momento da análise documental, dentro do mês de vencimento, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido no prazo mínimo que anteceder o vencimento.

10.2.1.10.2. Caso a licitante seja dispensada do Alvará, a mesma deverá apresentar documento que comprove a isenção ou declaração de disponibilidade da licença ou ainda declaração de que a licitante reúne condições de apresentá-la quando solicitado pela Administração.

10.2.2. **Da regularidade fiscal e trabalhista**

10.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.2.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

10.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452/1943;

10.2.2.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

10.2.3. **Da qualificação econômico-financeira**

10.2.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.2.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

10.2.3.2.1. a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes desta contratação será verificada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

a) $LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

b) $SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

c) $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

10.2.3.2.2. no caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (art. 3º do Decreto n.º 8.538/2015);

10.2.3.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;

10.2.3.2.4. os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.2.3.2.5. os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.2.3.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

10.2.3.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor da proposta apresentada para o item pertinente.

10.2.3.4.1. A escolha do percentual de 10% justifica-se pelo valor estimado da contratação em tela, que implica em valor plenamente viável de ser obtido pelos licitantes em termos de patrimônio líquido;

10.2.3.4.2. A previsão do percentual tomou por referência o previsto no Anexo VII-A "Diretrizes gerais para elaboração do ato convocatório", da Instrução Normativa nº 005/2017 SEGES/ME.

10.2.4. **Da qualificação técnica**

10.2.4.1. Apresentação de um ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que tenha experiência mínima de 06 meses de serviços de características semelhantes às do objeto desta licitação.

10.2.4.1.1. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 06 (seis) meses do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

10.2.4.1.2. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.2.4.1.3. Para a comprovação da experiência mínima de 06 (seis) meses será aceito o somatório de atestados.

10.2.4.1.4. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação da experiência mínima, não havendo obrigatoriedade de os 06 (seis) meses serem ininterruptos.

10.2.4.1.5. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte do agente de licitação, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

10.2.4.1.6. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, é admitida a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

10.2.4.1.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

10.2.4.2. Apresentar a comprovação de possuir a sua disposição profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes.

10.2.4.3. A comprovação de vínculo profissional de que trata o subitem anterior se fará com a apresentação de quaisquer dos seguintes documentos:

10.2.4.3.1. Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou do livro de registro;

10.2.4.3.2. Sócio/Diretor: cópia do contrato social da licitante ou da ata de eleição ou, ainda, cadastro do SICAF;

10.2.4.3.3. Autônomo: cópia de contrato de prestação de serviços ou Recibos de Pagamento a Autônomo – RPA;

10.2.4.3.4. Contratação futura de profissional: declaração de disponibilidade para execução do serviço, acompanhada de declaração de anuência do profissional, caso a empresa venha a sagrar-se vencedora no certame."

10.2.5. Apresentação de registro da licitante no conselho profissional relacionado à prestação do serviços objeto da licitação.

10.2.6. Declaração que mantém junto a seus funcionários o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).

10.2.7. Declaração de que os equipamentos a serem utilizados encontram-se regulares e em condições de uso perante os órgãos competentes fiscalizadores, bem como apresentação de contrato de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, com pessoa jurídica compatível aos serviços licitados.

10.3. Do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin)

10.3.1. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, será realizada consulta ao Cadin, sendo que **a existência de registro constitui fator impeditivo para que o proponente seja declarado vencedor**, nos termos do art. 6º, inciso III, e art. 6º-A, da Lei n.º 10.522/2002.

10.3.1.1. Pode ser realizada diligência para oportunizar a comprovação de regularização da situação que deu causa à inclusão no Cadin, nos termos do art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei nº 10.522/2002;

10.3.1.2. Inexistindo registro no Cadin ou comprovada a regularização da situação que deu causa ao registro, será o proponente declarado vencedor;

10.3.1.3. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a celebração do contrato ou instrumento equivalente, nos termos do art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei nº 10.522/2002;

10.3.1.4. pode ser realizada diligência para oportunizar a comprovação de regularização da situação que deu causa à inclusão no Cadin, nos termos do art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei nº 10.522/2002.

11. DA INDICAÇÃO DE SIGILO DO ORÇAMENTO E DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

11.1. Com a finalidade de averiguar o custo da contratação e obter o valor de referência para o certame, foi elaborada pesquisa de preços com base nos parâmetros e metodologias previstas na [Norma Operacional - SEI nº 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH](#).

11.2. Conforme previsto no art. 7º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh c/c art. 34, § 1º, da Lei nº 13.303/2016 a pesquisa de preços e o valor estimado serão considerados sigilosos.

11.3. Embora, nos termos da alínea b.1 do subitem 2.9 do item 2 do Anexo V da IN SEGES/MP nº 05/2017, seja dispensável a Planilha de Custos e Formação de Preços para composição do valor estimado de contratação de serviços terceirizados que não demandem a alocação exclusiva de mão de obra junto à Administração Contratante, os preços deverão ser detalhados conforme Anexo do TR - Encarte D (SEI nº 48350080).

11.4. Os resultados da pesquisa de preços encontram-se consolidados no Relatório - SEI nº 60/2025/SAD/DAF/GAD/HU-UFJF-EBSERH (SEI nº 50829590).

12. DA DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

12.1. Das obrigações da contratante

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

- 12.1.3. Nomear Gestor e Fiscais para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 12.1.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 12.1.5. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 12.1.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 12.1.7. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.1.8. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;
- 12.1.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 12.1.10. Aplicar à Contratada as sanções previstas na legislação e neste contratação;
- 12.1.11. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 12.1.11.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 12.1.11.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 12.1.11.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 12.1.11.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.1.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.1.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.1.14. Adotar as medidas judiciais cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 12.1.15. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 12.1.16. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos específicos quando a contratada houver se beneficiado de margem de preferência estabelecida em Edital;
- 12.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 12.1.18. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 12.1.19. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

12.2. **Das obrigações da contratada**

- 12.2.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados
- 12.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/ 1990), bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos
- 12.2.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.2.4.1. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
 - 12.2.4.2. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;
 - 12.2.4.3. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), quando for o caso;
 - 12.2.4.4. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da contratante.
 - 12.2.4.5. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função

12.2.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), a empresa contratada deverá entregar à Equipe de Fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017.

12.2.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.2.7. Comunicar ao Gestor do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

12.2.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto deste Instrumento;

12.2.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

12.2.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

12.2.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

12.2.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

12.2.13. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Instrumento;

12.2.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.2.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.2.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

12.2.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.2.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 171 do RLCE 2.0.

12.2.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.2.20. Não dar causa à mora ou descumprimentos das obrigações da Contratante, inclusive com relação aos documentos necessários para que seja realizado o pagamento;

12.2.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.2.22. Manter todos os dados cadastrais atualizados, em especial, telefone e endereço eletrônico, bem como os dados do Representante Legal com poderes para assumir responsabilidades, firmar acordos e compromissos e assinar instrumentos contratuais e de Testemunha para assinar em conjunto os instrumentos obrigacionais;

12.2.23. Informar, nas manifestações relativas a alterações dos instrumentos obrigacionais, os dados listados acima, mesmo que não tenham sofrido modificações;

12.2.24. Em caso de alteração do Representante Legal, a contratada deverá apresentar documentação que comprove a constituição de poderes mencionados no itens acima;

12.2.25. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

12.2.26. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.2.27. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.2.28. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato.

12.2.29. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se

verifique no local dos serviços.

12.2.30. Os pedidos de informações e documentos realizados para fins de alteração ou prorrogação contratual realizados pela Unidade de Contratos ou pelo Gestor do Contrato deverão ser atendidos no prazo determinado na comunicação realizada ou no prazo de 5 (cinco) dias úteis na ausência de prazo específico.

12.2.31. Assinar o Termo de Quitação ao final da execução contratual, sendo condição indispensável para a liberação do pagamento final e para o cumprimento das demais disposições contratuais estabelecidas neste Termo de Referência.

12.2.31.1. A não assinatura do Termo de Quitação pela contratada implicará na retenção do pagamento final até que todas as pendências documentais sejam regularizadas, sem prejuízo das demais sanções contratuais que poderão ser aplicadas, conforme o disposto neste Termo de Referência.

12.2.31.2. O Termo de Quitação deverá detalhar todas as obrigações ainda pendentes entre as partes, evidenciando o cumprimento integral dos compromissos assumidos pela contratada e contratante ao longo da execução contratual.

12.2.32. Em caso de alteração do Representante Legal, a contratada deverá apresentar documentação que comprove a constituição de poderes mencionados no itens acima;

12.2.33. Os pedidos de informações e documentos realizados para fins de alteração ou prorrogação contratual realizados pela Unidade de Contratos ou pelo Gestor do Contrato deverão ser atendidos no prazo determinado na comunicação realizada ou no prazo de 5 (cinco) dias úteis na ausência de prazo específico.

12.2.34. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

12.2.35. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

12.2.36. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados

13. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

13.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a Contratante e a Contratada se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

13.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

13.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

13.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

13.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

13.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;

13.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

13.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

13.2. Especificamente a Contratada se compromete ao seguinte:

13.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da Contratante;

13.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela Contratante em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a Contratante e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;

13.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da Contratante e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

13.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

14.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

14.1.2. Multa da seguinte forma:

14.1.2.1. Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

14.1.2.2. Multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior;

14.1.2.3. Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

14.1.2.4. Multa moratória de 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 do **Encarte C - Tabelas Referência para Aplicação de Multas (Documento SEI nº 50813077)**;

14.1.2.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

14.1.2.6. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem 14.1.2.2 ou do subitem 14.1.2.3, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.1.2.7. O atraso injustificado acima de 60 (sessenta) dias caracterizará a inexecução total do objeto, cabendo a multa compensatória no percentual definido no subitem 14.1.2.3;

14.1.2.8. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas do **Encarte C - Tabelas Referência para Aplicação de Multas (Documento SEI nº 50813077)**;

14.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.2. As sanções previstas nos subitens 14.1.1 e 14.1.3. poderão ser aplicadas com as previstas no subitem 14.1.2.

14.3. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

14.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

14.3.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;

14.3.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.3.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;

14.3.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

14.3.8. não manter a proposta;

14.3.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.3.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

14.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, denominado Processo de Apuração de Irregularidade do Licitante e do Fornecedor (PAIF), que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303/2016, no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999;

14.4.1. Caberá apresentação de defesa prévia ou recurso contra a sanção imposta, a ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação para defesa prévia ou da notificação de imposição de sanção.

14.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;

14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente;

14.6.1. Poderá ser emitida Guia de Recolhimento da União (GRU) para pagamento da multa devida pela Contratada;

14.6.2. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação de imposição de sanção enviada pela autoridade competente.

14.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR);

14.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

14.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

14.10. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no SicaF. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

15. DA GARANTIA DO SERVIÇO

15.1. A garantia da prestação dos serviços será de 90 (noventa) dias contados da conclusão de sua execução.

15.1.1. A garantia que se trata o item 16.1. se refere ao prazo de garantia contratual estampado no Código de Defesa do Consumidor, sendo esta garantia obrigatória, incondicional e inegociável somando-se a garantia oferecida pela contratada;

15.2. A Contratada será responsável pela reexecução dos serviços porventura não entregues ou entregues com defeito, vícios ou não compatíveis com as especificações do Termo de Referência.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não será exigida garantia de execução do contrato pois os riscos da fase de Gestão do Contrato serão prevenidos e contingenciados conforme definido no Mapa de Gerenciamento de Riscos (SEI nº 50773168).

17. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

17.1. Dos critérios de sustentabilidade ambiental

17.2. Na execução dos serviços deverão ser observados as diretrizes de sustentabilidade dispostas no art. 4º do [Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012](#), alterado pelo [Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017](#), e os critérios elencados na [Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010](#), além dos seguintes aspectos definidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, 7ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2024.

17.2.1. Os bens e/ou materiais aplicados na prestação de serviço devem ser constituídos, no todo ou em parte, sempre que aplicável, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

17.2.2. Os bens e/ou materiais aplicados na prestação de serviço devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

17.2.3. Os bens e/ou materiais aplicados na prestação de serviço não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

17.2.4. Realizar a proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores na forma da [Norma Regulamentadora NR 32/ABNT](#);

17.2.5. Exercer as boas práticas em processamento de produtos de saúde em conformidade com [Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 - Anvisa](#);

17.2.6. Realizar a destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde conforme a [Resolução 258/2005 - CONAMA](#) e [Resolução da Diretoria Colegiada RDC 306/2004 - Anvisa](#);

17.2.7. Utilizar de produtos de acordo com as diretrizes da Anvisa e do Inmetro, quando couber.

17.3. Dos critérios de sustentabilidade econômica

17.3.1. Deverão ser adotadas práticas de sustentabilidade econômica e a Contratada concorda em cumprir e fazer cumprir, conforme o caso, e declarar-se ciente e disposto a seguir:

17.3.1.1. Priorizar o desenvolvimento econômico de baixo impacto e criar sistemas inovadores e menos dispendiosos;

17.3.1.2. Adotar processos de produção, serviços e consumo que priorizam a eficiência na utilização de insumos e recursos, a redução de desperdício, a minimização de riscos à saúde e ao bem estar humanos, entre outras medidas de qualidade no gerenciamento dos recursos naturais e humanos;

17.3.1.3. Respeitar os critérios de sustentabilidade ambiental;

17.3.1.4. Verificar o real impacto financeiro na prestação dos serviços, renunciando a aplicabilidade do reajuste, se possível, e caso se conclua pela necessidade do reajuste inflacionário, que o mesmo seja aplicado até a metade do acumulado nos últimos 12 (meses). Tal pedido se fundamenta no cenário de ajuste fiscal do governo federal e a não aplicação de reajuste ou sua aplicação em percentual reduzido contribuirá com o melhor desenvolvimento das atividades assistenciais, como também as atividades de ensino, pesquisa e extensão do HU-UFJF.

17.4. Dos critérios de sustentabilidade social

17.4.1. Deverão ser adotadas práticas de sustentabilidade social e a Contratada concorda em cumprir e fazer cumprir o disposto a seguir:

17.4.1.1. Respeitar e promover a diversidade, abstendo-se de todas as formas de preconceito e discriminação, de modo que nenhum empregado ou potencial empregado receba tratamento discriminatório em função de sua raça, cor de pele, origem étnica, nacionalidade, posição social, idade, religião, gênero, orientação sexual, estética pessoal, condição física, mental ou psíquica, estado civil, opinião, convicção política, ou qualquer outro fator de diferenciação;

17.4.1.2. Apoiar de forma efetiva a erradicação da exploração sexual, assim como coibir o assédio sexual e moral em sua força de trabalho;

17.4.1.3. Respeitar as normas de saúde e segurança do trabalho;

17.4.1.4. Adotar medidas de combate à prática de lavagem de dinheiro e à corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina;

17.4.1.5. Adotar conduta justa e ética, respeitando os princípios estabelecidos no Código de Ética da Ebserh;

17.4.1.6. Não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezoesseis anos, salvo menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz;

17.4.1.7. Adotar conduta justa e ética, respeitando os princípios estabelecidos no Código de Ética e Conduta da Ebserh.

18. DOS CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES

18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das

- propostas;
- 18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 18.1.2. Deverá haver consulta formal à Contratada quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.
- 18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;
- 18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
- 18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- 18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. **DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 19.1. A adequação orçamentária foi devidamente registrada e encontra-se consignada no Processo SEI nº 23765.010490/2025-72.

20. **DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS**

- 20.1. **Da subcontratação**
- 20.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
- 20.2. **Da participação de consórcios**
- 20.2.1. Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio por não se tratar de contratação que envolva serviço de grande vulto e/ou de grande complexidade técnica, uma vez que são essas as características das contratações que participam empresas reunidas em consórcio.

21. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica:
- 21.1.1. todos os requisitos de habilitação exigidos na dispensa de licitação original;
- 21.1.2. sejam mantidas e as demais cláusulas e condições do contrato;
- 21.1.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e;
- 21.1.4. haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

22. **DA MATRIZ DE RISCOS**

- 22.1. Não se aplica para presente contratação a matriz de riscos como "*cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.*"

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO (EPC)

- 22.2. A equipe de planejamento da contratação, no uso das atribuições definidas na Portaria - SEI nº 236, de 02 de abril de 2025 (Documento SEI nº 50772931) e no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0., **APROVA** o teor deste Termo de Referência e seus encartes, bem como a Mapa de Gerenciamento de Riscos (SEI nº 50773168).

(assinado eletronicamente)

FLÁVIO FERREIRA TAVARES

Chefe da Unidade de Diagnóstico por Imagem - Coordenador da EPC e Integrante Requisitante

Matrícula SIAPE nº 326****

(assinado eletronicamente)

VINICIUS NEVES MARCOS

Médico - Radiologia e Diagnóstico por Imagem - Integrante Requisitante

Matrícula SIAPE nº 192****

(assinado eletronicamente)

FABIANA LUZIA MOREIRA DE SOUZA

Integrante Administrativa

Matrícula SIAPE nº 228****

(assinado eletronicamente)

DIEGO PASSINI SOARES

Integrante Administrativo

Matrícula SIAPE nº 226****

22.3. A equipe de fiscalização/responsável pelo recebimento do objeto manifesta ciência do conteúdo do Termo de Referência e da indicação, nos termos do art. 41, § 2º, da IN SEGES/MP nº 5/2017, para cumprimento das funções indicadas na Portaria-SEI nº 214, de 03 de abril de 2023 (Documento SEI nº 28860943).

(assinado eletronicamente)

FLÁVIO FERREIRA TAVARES

Gestor de Contrato

Matrícula SIAPE nº 326****

(assinado eletronicamente)

EDSON MARCIEL DOS REIS

Fiscal Técnico do Contrato

Matrícula SIAPE nº 326****

(assinado eletronicamente)

MAYARA LUIZA DE OLIVEIRA

Fiscal do Técnico Substituto Contrato

Matrícula SIAPE nº 307****

22.4. Com base na delegação de competências estabelecida na Portaria - SEI nº 27, de 17 de janeiro de 2023 (Documento SEI nº 27088036), aprovo o Termo de Referência e encaminho ao Setor de Administração para proceder à instrução do processo administrativo.

22.5.

(assinado eletronicamente)

BRUNO BARBOSA VIEIRA

Chefe da Divisão de Gestão do Cuidado e Apoio Diagnóstico e Terapêutico

Matrícula SIAPE nº 182****



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius Neves Marcos, Médico(a)**, em 21/07/2025, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Flavio Ferreira Tavares, Chefe de Unidade**, em 21/07/2025, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



[2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edson Marciel dos Reis, Técnico(a) em Radiologia**, em 21/07/2025, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mayara Luiza de Oliveira, Técnico(a) em Radiologia**, em 21/07/2025, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diego Passini Soares, Chefe de Setor**, em 21/07/2025, às 19:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Luzia Moreira de Souza, Assistente Administrativo**, em 22/07/2025, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Barbosa Vieira, Chefe de Divisão**, em 22/07/2025, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **51489802** e o código CRC **85ADCB7F**.

Referência: Processo nº 23765.010319/2025-63 SEI nº 51489802

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
46/2025	DIEGO PASSINI SOARES	26/06/2025 11:50
Objeto da Matriz de Riscos		
Serviço de apoio de exames de ressonância magnética e de tomografia computadorizada		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Contratada descumprir quaisquer cláusulas contratuais	Falta de capacitação ou preparo técnico da contratada, Comunicação falha entre contratante e contratada, Ausência de fiscalização ou monitoramento por parte do contratante, Gestão ineficiente ou negligente da contratada	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Inexecução total ou parcial do objeto					
2	Impacto aos serviços assistenciais					
3	Prejuízo ao Erário					
	Ações Preventivas					
P-01	Manter comunicação efetiva com a contratada após assinatura do contrato e mantê-la informada de todos os procedimentos, técnicas e prazos a serem observados na fase de execução contratual, bem como das possíveis sanções nos casos de inadimplemento total ou parcial .			Responsáveis: FLAVIO FERREIRA TAVARES, VINICIUS NEVES MARCOS, EDSON MARCIEL DOS REIS		
	Ações de Contingência					
C-01	Realizar Solicitação de Esclarecimentos e Providências (SEP) imediatamente após a verificação da irregularidade.			Responsável: FLAVIO FERREIRA TAVARES		
C-02	Solicitar abertura de processo de apuração de irregularidade (PAIF)			Responsável: FLAVIO FERREIRA TAVARES		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Contratada não assumir a execução do serviço no prazo avençado	Problemas relacionados a execução do objeto pelo fornecedor	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	
	Impactos					
1	Inexecução total ou parcial do objeto.					
2	Prejuízo ao Erário					
3	Impacto aos serviços assistenciais					
	Ações Preventivas					
P-01	Manter comunicação efetiva com a contratada após assinatura do contrato e mantê-la informada de todos os procedimentos e prazos a serem observados, bem como das possíveis sanções nos casos de inadimplemento total ou parcial			Responsáveis: FLAVIO FERREIRA TAVARES, EDSON MARCIEL DOS REIS, VINICIUS NEVES MARCOS		
	Ações de Contingência					
C-01	Deflagrar planejamento para nova contratação por meio de tipos de seleção do fornecedor céleres			Responsáveis: FLAVIO FERREIRA TAVARES, DIEGO PASSINI SOARES		
C-02	Solicitar abertura de processo de apuração de irregularidade (PAIF)			Responsável: FLAVIO FERREIRA TAVARES		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Morosidade na realização das exames e na emissão de laudo.	Inexecução total ou parcial do objeto.	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	
	Impactos					
1	Descumprimento de cláusulas editalícias com possível impacto na prestação de serviços assistenciais na instituição.					
2	Prejuízo ao Erário					
3	Inexecução parcial do objeto.					
4	Impacto aos serviços assistenciais					

Ações Preventivas		
P-01	Exigir no Termo de Referência que a contratada disponibilize os resultados dos exames em prazo preestabelecido, atingível e condizente com a complexidade dos exames a serem realizados	Responsáveis: FABIANA LUZIA MOREIRA DE SOUZA, DIEGO PASSINI SOARES
P-02	Acompanhar o efetivo cumprimento do prazo estabelecido e alertar sobre as sanções previstas em contrato para o não cumprimento	Responsáveis: EDSON MARCIEL DOS REIS, FLAVIO FERREIRA TAVARES
P-03	Inserir com anexo do Termo de Referência o Instrumento de Medição de Resultado com glosas em casos de não realização de exames e/ou não emissão de laudos em tempo hábil.	Responsáveis: FABIANA LUZIA MOREIRA DE SOUZA, DIEGO PASSINI SOARES
Ações de Contingência		
C-01	Realizar Solicitação de Esclarecimentos e Providências (SEP) imediatamente após a verificação da irregularidade	Responsável: FLAVIO FERREIRA TAVARES
C-02	Solicitar abertura de processo de apuração de irregularidade (PAIF)	Responsável: FLAVIO FERREIRA TAVARES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Risco de exposição dos colaboradores e pacientes a agentes biológicos causadores de doenças e de sua disseminação para a coletividade.	Ausência ou uso inadequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Manipulação incorreta de materiais biológicos, Falta de imunização dos colaboradores	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	

Impactos	
1	Paralisação do funcionamento de equipamentos, com possível interrupção da prestação de exames/serviços na instituição.
2	Impacto aos serviços assistenciais
3	Descumprimento de normas trabalhistas e de segurança
Ações Preventivas	
P-01	Exigir e tomar as medidas de biossegurança, tais como procedimentos de precaução e utilização de EPI, visando a redução dos riscos biológicos envolvidos na execução contratual. Responsáveis: FLAVIO FERREIRA TAVARES, EDSON MARCIEL DOS REIS, VINICIUS NEVES MARCOS
Ações de Contingência	
C-01	Tomar as medidas para notificação dos órgãos competentes. Responsável: FLAVIO FERREIRA TAVARES
C-02	Encaminhar à contratada solicitação de esclarecimentos e providências (SEP) e, caso necessário, executar processo de apuração de irregularidade na prestação dos serviços Responsável: FLAVIO FERREIRA TAVARES
C-03	Solicitar abertura de processo de apuração de irregularidade (PAIF) Responsável: FLAVIO FERREIRA TAVARES

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

FABIANA LUZIA MOREIRA DE SOUZA
Membro da comissão de contratação

DIEGO PASSINI SOARES
Membro da comissão de contratação

FLAVIO FERREIRA TAVARES

Membro da comissão de contratação

VINICIUS NEVES MARCOS

Membro da comissão de contratação

Equipe de Gestor/Fiscal do Contrato

EDSON MARCIEL DOS REIS

Fiscal Técnico do Contrato

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco
Juiz de Fora-MG, CEP 36038-330
- <http://www.hu-ufjf.ebserh.gov.br>

Encarte - SEI

ENCARTE A - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

Dispensa de Licitação Emergencial Nº ____/____.

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão:	Serviço:
Contrato nº:	Processo SEI nº:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA	
Razão Social:	CNPJ:
Endereço:	
Telefone:	E-mail:

DEFINIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS					
Nº do Item	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
				R\$	R\$
TOTAL:					R\$

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

DEMAIS DETALHAMENTOS			
LOCAL DE REALIZAÇÃO			
Nº do Item	Quantidade	Endereço	Data a ser executado

EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (EFC)

(assinado eletronicamente)

NOME DO MEMBRO DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO

Cargo do Membro - Gestor do Contrato

Matrícula SIAPE nº xxxxxx

(assinado eletronicamente)

NOME DO MEMBRO DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO

Cargo do Membro - Fiscal Técnico

Matrícula SIAPE nº xxxxxx



Documento assinado eletronicamente por **Diego Passini Soares, Chefe de Setor**, em 11/07/2025, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **50787354** e o código CRC **3058F82C**.

Referência: Processo nº 23765.010319/2025-63 SEI nº 50787354

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco
Juiz de Fora-MG, CEP 36038-330
- <http://www.hu-ufjf.ebserh.gov.br>

Encarte - SEI

ENCARTE B - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO

1. DA DEFINIÇÃO

1.1. Este documento estabelece os critérios e parâmetros técnicos para avaliação da qualidade dos serviços contratados, mediante a identificação de indicadores de desempenho, definição de metas, mecanismos de mensuração, forma de acompanhamento e previsão de ajustes financeiros em decorrência do eventual não atingimento dos níveis de qualidade pactuados.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. A avaliação da execução contratual será realizada mediante a aplicação do Instrumento de Medição de Resultado (**IMR**), concebido como ferramenta de gestão que orientará a verificação objetiva do cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, bem como a aferição dos níveis de qualidade e desempenho dos serviços prestados.

2.2. O IMR terá como premissa o princípio da vinculação do pagamento ao resultado efetivamente entregue, conforme estabelecido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, e suas alterações supervenientes, as quais orientam a gestão e fiscalização de contratos de prestação de serviços no âmbito da Administração Pública Federal.

2.3. O HU-UFJF, procederá ao redimensionamento do pagamento, aplicando os critérios de ajuste previstos neste instrumento, em conformidade com os indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

2.3.1. não produzir os resultados previstos;

2.3.2. deixar de executar total ou parcialmente as atividades contratadas;

2.3.3. executar os serviços em padrão de qualidade inferior ao exigido; ou

2.3.4. empregar materiais, equipamentos ou recursos humanos aquém das especificações técnicas ou quantitativas contratadas,

2.4. O IMR será utilizado de forma sistemática e periódica ao longo da vigência contratual, constituindo-se em referência para a fiscalização técnica, acompanhamento da execução, avaliação dos resultados e decisão sobre a conformidade e a regularidade dos pagamentos à Contratada.

2.5. A aplicação do IMR deverá ser compreendida pela Contratada como instrumento de gestão da qualidade, sendo sua observância condição necessária para a percepção integral da remuneração contratual, mediante a entrega de resultados satisfatórios, mensurados com base nos indicadores e metas aqui fixados.

3. DOS PARÂMETROS DE DESEMPENHO E METODOLOGIA DE CÁLCULO

3.1. O desempenho da Contratada será aferido com base em indicadores previamente definidos, quantitativos e/ou qualitativos, que reflitam, de forma fidedigna, a efetividade, a eficiência e a qualidade dos serviços prestados.

3.2. O cálculo do indicador final de qualidade, denominado **Fator de Ajuste de Pagamento**, será realizado mediante fórmula específica, que considerará o Índice Médio Ponderado de Ocorrências, representativo das não conformidades ou falhas constatadas pela equipe de fiscalização

3.3. Os indicadores definidos, bem como suas metas, parâmetros de avaliação e respectivas fórmulas de cálculo, encontram-se detalhados nos quadros e tabelas inseridos neste instrumento.

4. DA EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO IMR

4.1. O IMR será implementado desde o início da execução contratual, constituindo-se em instrumento permanente de aferição da regularidade e da qualidade dos serviços.

4.2. Compete à equipe de fiscalização contratual proceder ao acompanhamento sistemático, por meio da verificação do atendimento dos indicadores a cada entrega ou prestação de serviço, realizando as medições necessárias e registrando os resultados observados.

4.3. A avaliação formal da execução será realizada em periodicidade de acordo com o pactuado no termo de contrato, ocasião em que será apurado o resultado consolidado do IMR e, conforme o caso, aplicado o respectivo ajuste

financeiro, mediante glosa ou compensação, em consonância com o desempenho apresentado pela Contratada.

4.4. Para a efetividade do processo de monitoramento e avaliação, deverão ser adotadas as metodologias e procedimentos de medição descritos nos quadros a seguir, que especificam os critérios técnicos, indicadores, formas de coleta de dados e parâmetros de análise dos resultados.

4.5. As glosas aplicadas com fundamento no presente Instrumento de Medição de Resultado (IMR) correspondem a ajustes financeiros automáticos, decorrentes da verificação de níveis de serviço que, embora insuficientes para o pleno desempenho contratual, permanecem dentro dos limites mínimos de aceitabilidade previamente estabelecidos pela Administração.

4.6. Desse modo, os fatos que ensejarem exclusivamente a aplicação de glosas no âmbito do IMR não constituem, por si só, causa para a instauração de Processo de Apuração de Irregularidade (PAIF), exceto se configurarem níveis de desempenho inferiores ao patamar mínimo previsto, prática reiterada de descumprimento ou situação de especial gravidade que justifique a apuração formal.

4.7. Na hipótese de que os mesmos fatos venham a fundamentar a abertura de PAIF e eventual aplicação de sanção administrativa, o valor correspondente às glosas já aplicadas será deduzido da base de cálculo de eventual multa, de forma a evitar a duplicidade punitiva sobre o mesmo evento, em consonância com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e vedação ao *bis in idem*.

5. **DOS INDICADORES DE AVALIAÇÃO**

5.1. Esta seção apresenta, de forma detalhada, os parâmetros específicos que servirão de base para a avaliação objetiva da execução contratual. Tais parâmetros, definidos previamente entre as partes, representam os aspectos essenciais da prestação do serviço, possibilitando a mensuração sistemática do desempenho da contratada e o consequente cálculo do resultado do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

5.2. Os parâmetros de avaliação foram estruturados considerando critérios técnicos e gerenciais que refletem o nível de qualidade esperado, assegurando que a execução contratual esteja em conformidade com as exigências normativas e com o interesse público.

INDICADOR 1 - PERCENTUAL DE SOLICITAÇÕES DE EXAMES ATENDIDAS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar a eficiência no atendimento às solicitações de exames
Meta a cumprir	100%
Instrumento de medição	Constatação formal de atendimento das solicitações por meio de relatórios e registros de controle.
Forma de acompanhamento	Monitoramento de acordo com a execução e aferição mensal pela equipe de fiscalização contratual, com uso de planilha de controle
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	(nº total de exames atendidos no mês / nº total de exames solicitados no mês) × 100
Início de Vigência	A partir do início da prestação dos serviços
Faixa de Pontuação	De 0 a 100 Pontos
Sanções	Em caso de recorrência de forma concomitante do alcance de no mínimo 2 notas ≤ 80, ou no caso de recorrência de forma intercalada durante a vigência do contrato do alcance de no mínimo 3 notas ≤ 80 poderá ser aberto a Apuração de Irregularidades de Fornecedores (PAIF) para a contratada.
O resultado das verificações quanto ao cumprimento deste Instrumento de Medição de Resultado - IMR será disponibilizado à CONTRATADA por meio eletrônico enviado por e-mail e/ou por intermédio de seu "preposto".	
Caberá ao Fiscal, considerando a gravidade da ocorrência e as justificativas apresentadas pela Contratada, bem como os princípios da razoabilidade e	

proporcionalidade, ponderar sobre a abertura de processo de Apuração de Irregularidades de Fornecedores (PAIF).

COMPOSIÇÃO DO INDICADOR 1				
INDICADOR	ITEM AVALIADO	FAIXA DE PONTUAÇÃO	PONTOS	PONTUAÇÃO
PERCENTUAL DE SOLICITAÇÕES DE EXAMES ATENDIDAS	Eficiência no atendimento às solicitações de exames	100% de atendimento	100	
		Entre 95% a 99,9% de atendimento	92	
		Entre 90% a 94,9% de atendimento	84	
		Entre 85% a 89,9% de atendimento	78	
		Entre 80% a 84,9% de atendimento	70	
		Abaixo de 80% de atendimento	0	
Anotação de Ocorrência e dos Níveis de Avaliação:				
Nota explicativa:				
*A avaliação será realizada conforme os critérios estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.				
**Caso o percentual de eficiência fique abaixo de 50% de forma recorrente, poderá ser aberto, a critério da equipe de fiscalização, PAIF independentemente do alcance final de ≤ 80 do IMR.				

INDICADOR 2 - PERCENTUAL DE LAUDOS ENTREGUES DENTRO DO PRAZO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar a pontualidade na entrega dos laudos dos exames realizados, garantindo o cumprimento dos prazos contratuais.
Meta a cumprir	100% dos laudos entregues dentro do prazo estabelecido.
Instrumento de medição	Constatação formal de entrega dos laudos conforme registros e relatórios operacionais.
Forma de acompanhamento	Monitoramento de acordo com a execução e aferição mensal pela equipe de fiscalização contratual, com uso de planilha de controle
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	$(\text{n}^\circ \text{ total de laudos entregues dentro do prazo no mês} / \text{n}^\circ \text{ total de exames realizados no mês}) \times 100$
Início de Vigência	A partir do início da prestação dos serviços
Faixa de Pontuação	De 0 a 100 Pontos
	Em caso de recorrência de forma concomitante do alcance de no mínimo 2 notas ≤ 80 , ou no caso de

Sanções	recorrência de forma intercalada durante a vigência do contrato do alcance de no mínimo 3 notas $\leq$ 80 poderá ser aberto a Apuração de Irregularidades de Fornecedores (PAIF) para a contratada. O fiscal poderá, considerando a gravidade das ocorrências e as justificativas apresentadas, decidir pela abertura do PAIF com base nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade
----------------	---

O resultado das verificações quanto ao cumprimento deste Instrumento de Medição de Resultado - IMR será disponibilizado à CONTRATADA por meio eletrônico enviado por e-mail e/ou por intermédio de seu "preposto".

Caberá ao Fiscal, considerando a gravidade da ocorrência e as justificativas apresentadas pela Contratada, bem como os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, ponderar sobre a abertura de processo de Apuração de Irregularidades de Fornecedores (PAIF).

COMPOSIÇÃO DO INDICADOR 2				
INDICADOR	ITEM AVALIADO	FAIXA DE PONTUAÇÃO	PONTOS	PONTUAÇÃO
PERCENTUAL DE LAUDOS ENTREGUES DENTRO DO PRAZO	Pontualidade na entrega dos laudos dos exames realizados.	100% de atendimento	100	
		Entre 95% a 99,9% de atendimento	92	
		Entre 90% a 94,9% de atendimento	84	
		Entre 85% a 89,9% de atendimento	78	
		Entre 80% a 84,9% de atendimento	70	
		Abaixo de 80% de atendimento	0	
Anotação de Ocorrência e dos Níveis de Avaliação:				
Nota explicativa:				
* A avaliação será realizada conforme os critérios e prazos estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.				

INDICADOR 3 - PERCENTUAL DE LAUDOS EMITIDOS SEM ERROS DE DIGITAÇÃO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar a qualidade redacional dos laudos, por meio da ausência de erros de digitação nos documentos emitidos pela contratada
Meta a cumprir	100% dos laudos emitidos sem erros de digitação
Instrumento de medição	Constatação formal de erros identificados pela fiscalização, com base em amostras verificadas mensalmente.
Forma de acompanhamento	Monitoramento pela equipe de fiscalização contratual por meio de planilha de controle e registros.
Periodicidade	Mensal

Mecanismo de cálculo	(nº total de laudos sem erros de digitação no mês / nº total de exames realizados no mês) × 100
Início de Vigência	A partir do início da prestação dos serviços
Faixa de Pontuação	De 0 a 100 Pontos
Sanções	Em caso de recorrência de forma concomitante do alcance de no mínimo 2 notas ≤ 80, ou no caso de recorrência de forma intercalada durante a vigência do contrato do alcance de no mínimo 3 notas ≤ 80 poderá ser aberto a Apuração de Irregularidades de Fornecedores (PAIF) para a contratada.
O resultado das verificações quanto ao cumprimento deste Instrumento de Medição de Resultado - IMR será disponibilizado à CONTRATADA por meio eletrônico enviado por e-mail e/ou por intermédio de seu "preposto". Caberá ao Fiscal, considerando a gravidade da ocorrência e as justificativas apresentadas pela Contratada, bem como os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, ponderar sobre a abertura de processo de Apuração de Irregularidades de Fornecedores (PAIF).	

COMPOSIÇÃO DO INDICADOR 3				
INDICADOR	ITEM AVALIADO	FAIXA DE PONTUAÇÃO	PONTOS	PONTUAÇÃO
PERCENTUAL DE LAUDOS EMITIDOS SEM ERROS DE DIGITAÇÃO	Qualidade redacional dos laudos, por meio da ausência de erros de digitação nos documentos emitidos pela contratada	100% de atendimento	100	
		Entre 95% a 99,9% de atendimento	92	
		Entre 90% a 94,9% de atendimento	84	
		Entre 85% a 89,9% de atendimento	78	
		Entre 80% a 84,9% de atendimento	70	
		Abaixo de 80% de atendimento	0	
Anotação de Ocorrência e dos Níveis de Avaliação:				
Nota explicativa:				
* A avaliação será realizada conforme os critérios estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.				

6. DA APLICABILIDADE DOS CRITÉRIOS DE AVERIGUAÇÃO DA QUALIDADE

6.1. A aplicação dos critérios de avaliação da qualidade resultará na obtenção de uma pontuação final, expressa em uma escala de **0 (zero) a 100 (cem) pontos**, correspondente à média aritmética ponderada dos valores apurados em cada um dos parâmetros de avaliação.

6.2. O cálculo da pontuação total observará a seguinte fórmula geral:

$$6.2.1. \quad \textbf{Pontuação Total} = (\text{Pontuação Parâmetro 1} \times \text{Peso Parâmetro 1}) + (\text{Pontuação Parâmetro 2} \times \text{Peso Parâmetro 2}) + (\text{Pontuação Parâmetro 3} \times \text{Peso Parâmetro 3})$$

6.3. A aplicação dos pesos relativos a cada parâmetro de avaliação deverá refletir a sua importância para a adequada execução do objeto contratual, conforme definido previamente no Instrumento de Medição de Resultado

(IMR).

6.4. A pontuação final obtida servirá de base para a aplicação das eventuais glosas financeiras, bem como para a avaliação da necessidade de aplicação de sanções administrativas ou de medidas corretivas, respeitando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e interesse público.

PONTUAÇÃO OBTIDA POR INDICADOR			
Total de pontos possíveis por indicador	Pontuação obtida por Indicador (A)	Peso de cada Indicador em % (B)	Pontuação Total (C) = (A*B)
Indicador 1 = 100 Pontos		40	
Indicador 2 = 100 Pontos		35	
Indicador 3 = 100 Pontos		25	
PONTUAÇÃO TOTAL			

FATOR DE AJUSTE OBTIDO POR PONTUAÇÃO		
Faixa de Pontuação	Pagamento devido	Fator de ajuste
De 95 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 90 a 94 pontos	99% do valor previsto	0,99
De 85 a 89 pontos	98% do valor previsto	0,98
De 80 a 84 pontos	97% do valor previsto	0,97
Abaixo de 80 pontos	97% do valor previsto + possibilidade de PAIF	0,97
VALOR DEVIDO = (valor mensal previsto x Fator de ajuste)		

Gestor do Contrato

Fiscal Técnico



Documento assinado eletronicamente por **Diego Passini Soares, Chefe de Setor**, em 11/07/2025, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **50787756** e o código CRC **2FF237E7**.

Referência: Processo nº 23765.010319/2025-63 SEI nº 50787756

Encarte - SEI

ENCARTE C - TABELA DE REFERÊNCIA PARA APLICAÇÃO DE MULTA

1. GRAU E CORRESPONDÊNCIA PARA APLICAÇÃO DE MULTAS

1.1. A Tabela 1 estabelece os parâmetros objetivos de correspondência entre o grau de infração contratual e a respectiva sanção pecuniária, determinando a aplicação de multas proporcionais à gravidade da conduta infracional. O escalonamento percentual busca assegurar que a penalização seja adequada ao impacto da infração sobre a execução do contrato e a Administração Pública.

1.2. Cada grau de infração corresponde a um percentual específico, calculado **por dia de ocorrência** sobre o **valor mensal do contrato**, conforme estipulado na tabela a seguir. Esse mecanismo visa reforçar o cumprimento rigoroso das obrigações contratuais e estimular a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte da Contratada.

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

2. RELAÇÃO ENTRE A INFRAÇÃO E GRAU CORRESPONDENTE

2.1. A Tabela 2 apresenta a tipificação das infrações contratuais, com a respectiva classificação de gravidade, expressa em graus, que orientará a aplicação das penalidades financeiras estabelecidas na Tabela 1. As infrações foram categorizadas conforme sua repercussão sobre a regularidade, segurança, continuidade e qualidade dos serviços prestados, bem como os riscos associados ao descumprimento das obrigações contratuais.

2.2. Cada item descreve, de forma objetiva, a conduta considerada infracional, acompanhada do grau de severidade correspondente, em escala de 1 a 5, sendo este o fator que determinará a intensidade da sanção pecuniária aplicável.

2.3. A estruturação desta tabela visa conferir transparência, previsibilidade e segurança jurídica ao processo de fiscalização e aplicação de sanções, resguardando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

2.4. A presente relação de infrações contratuais **não** se constitui em um rol taxativo. Assim, a constatação de outras ações ou omissões que, embora não previstas expressamente, representem descumprimento das obrigações contratuais, legais ou regulamentares, ensejará igualmente a responsabilização da Contratada, nos termos da legislação aplicável e das cláusulas contratuais, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e contraditório.

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir qualquer situação que possa resultar em acidente, lesão ou risco à vida de pessoas, por cada ocorrência	5

2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	4
3	Manter funcionário não qualificado para desempenhar as funções contratadas, por cada empregado e por dia	3
4	Recusar-se a realizar serviço solicitado pela fiscalização, por cada serviço e por dia	2
5	Executar os serviços fora dos prazos ou cronogramas previamente estabelecidos, sem justificativa aceita pelo contratante.	2
6	Descumprir as disposições legais e regulamentares relativas à segurança e saúde dos trabalhadores, bem como as orientações formais do HU-UFJF nesse sentido.	5
7	Ignorar ou retardar o atendimento às requisições, orientações ou determinações formais emitidas pela equipe de fiscalização que estejam dentro do escopo de execução do contrato.	2
8	Compartilhar, divulgar ou utilizar indevidamente informações sigilosas ou protegidas obtidas no âmbito da execução contratual, em afronta às disposições legais e contratuais.	5
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:		
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência	2
10	Cumprir obrigações previstas no Edital e anexos, não incluídas nesta tabela, após reincidência formalmente notificada, por item e por ocorrência	3
11	Indicar ou não manter os prepostos e responsáveis necessários para atender às demandas do contrato	1
12	Apresentar ou atualizar documentos exigidos contratualmente, tais como certidões negativas, atestados técnicos, comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária, dentro dos prazos estabelecidos.	1
13	Informar ao HU-UFJF, de forma imediata, sobre fatos ou situações que possam impactar a execução regular do contrato, como acidentes, falhas operacionais, ausência de pessoal, ou indisponibilidade de equipamentos.	2
14	Elaborar ou não apresentar relatórios periódicos, registros de execução, controles ou quaisquer documentos previstos como obrigatórios para o acompanhamento e fiscalização da execução contratual.	2



Documento assinado eletronicamente por **Diego Passini Soares, Chefe de Setor**, em 11/07/2025, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **50813077** e o código CRC **0F42F6D8**.

Referência: Processo nº 23765.010319/2025-63 SEI nº 50813077

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco
Juiz de Fora-MG, CEP 36038-330
- <http://www.hu-ufjf.ebserh.gov.br>

Encarte - SEI

ENCARTE D - MODELO DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
TELEFONE:	
EMAIL:	

DETALHAMENTO DA PROPOSTA				
ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇOS MENSAIS DE EXAME DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	06		
02	SERVIÇOS MENSAIS DE EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA	06		

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (A)	QUANTIDADE MENSAL DE EXAMES (B)	VALOR TOTAL MENSAL POR EXAME (C) = (A*B)
EXAMES QUE COMPÕE O ITEM 01 - RESSONÂNCIA MAGNÉTICA				
	ANGIORESSONÂNCIA CEREBRAL ARTERIAL OU VENOSA		1	
	ANGIORESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE ABDÔMEN SUPERIOR		1	
	ANGIORESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE Pelve		1	
	RESSONÂNCIA ATM (BILATERAL)		1	
	RESSONÂNCIA COL. CERVICAL - (PESCOÇO,			

1	LARINGE, FARINGE, TIREOIDE, GLÂNDULAS SALIVARES)		3	
	RESSONÂNCIA COL LOMBO SACRA		3	
	RESSONÂNCIA COL. TORACICA		3	
	RESSONÂNCIA DE CRANIO - (ÓRBITAS, OUVIDOS, FACE)		13	
	RESSONÂNCIA SELA TURSICA		1	
	RESSONÂNCIA MEMBRO SUPERIOR (OMBRO, BRAÇO, COTOVELO, ANTEBRAÇO, PUNHO E MÃO. CADA MEMBRO SUPERIOR)		1	
	RESSONÂNCIA TORAX		1	
	RESSONÂNCIA ABD. SUPERIOR		14	
	RESSONÂNCIA BACIA/PELVE - (ABD. INFERIOR)		9	
	RESSONÂNCIA MEMBRO INFERIOR (ARTICULAÇÃO COXOFEMURAL, COXA, JOELHO, PERNA, TORNOZELO E PÉ DE CADA MEMBRO)		5	
	RESSONÂNCIA VIAS BILIARES (COLANGIORES)		10	
	RESSONÂNCIA CARDÍACA		3	
	ENTERORRESSONÂNCIA (COBRADO ABD SUPERIOR + BACIA/PELVE)		1	
	ADMINISTRAÇÃO DE CONTRASTE PARA RESSONÂNCIA		40	
VALOR MENSAL DO ITEM 01 (D)			R\$	
EXAMES QUE COMPÕE O ITEM 02 - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA				
	TOMOGRAFIA ART. MEMBRO INFERIOR - (INCLUI ART. SACRO ILÍACA)		8	
	TOMOGRAFIA COL. CERVICAL		4	
	TOMOGRAFIA COL. LOMBO SACRA		4	
	TOMOGRAFIA COL. TORÁCICA		4	
	TOMOGRAFIA FACE/SEIOS DA FACE/ATM		10	
	TOMOGRAFIA PESCOÇO - (LARINGE, FARINGE, TIREOIDE, GLÂNDULAS SALIVARES)		3	
	TOMOGRAFIA SELA		1	

2	TURCICA			
	TOMOGRFIA CRANIO - (ÓRBITAS, OUVIDO, HIPÓFISE)		2	
	TOMOGRFIA ART. MEMBRO SUPERIOR		2	
	TOMOGRFIA SEGMENTOS APENDICULARES (MÃO, PÉ)		2	
	TOMOGRFIA DE TORAX		26	
	TOMOGRFIA ABD. SUPERIOR		38	
	TOMOGRFIA BACIA/ PELVE - (ABD. INFERIOR)		38	
	ENTERO TOMOGRFIA - (COBRADO TC ABD. SUPERIOR + PELVE)		2	
	ANGIOTOMOGRFIA CRÂNIO/PESCOÇO		5	
	ANGIOTOMOGRFIA TÓRAX		7	
	ANGIOTOMOGRFIA ABDOMEN		4	
	ANGIOTOMOGRFIA PELVE		2	
	ANGIOTOMOGRFIA MEMBROS SUPERIORES		2	
	ANGIOTOMOGRFIA MEMBROS INFERIORES		2	
	ADMINISTRAÇÃO DE CONTRASTE PARA TOMOGRFIA		40	
VALOR MENSAL DO ITEM 02 (E)			R\$	

CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

A validade mínima da proposta será de **90 (noventa) dias**.

Validade da proposta: __ / __ / __

Data da Proposta: __ / __ / __

Local , __ de _____ de _____.

(Assinatura)

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

Cargo

CI nº

CPF nº



Documento assinado eletronicamente por **Diego Passini Soares, Chefe de Setor**, em 11/07/2025, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **50813135** e o código CRC **F266A6A1**.

Referência: Processo nº 23765.010319/2025-63 SEI nº 50813135

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco
Juiz de Fora-MG, CEP 36038-330
- <http://www.hu-ufjf.ebserh.gov.br>

Encarte - SEI

ENCARTE E - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO	
MÊS/ANO DE REFERÊNCIA:	[mês]/[ano]
DADOS DO CONTRATO Contrato nº: Licitação nº: Objeto: Contratada: CNPJ:	REFERÊNCIAS PROCESSUAIS Contratação: 23765.xxxxxx/20xx-xx Fiscalização: 23765.xxxxxx/20xx-xx Pagamentos: 23765.xxxxxx /20xx-xx
EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO Gestor do Contrato: Fiscal Técnico do Contrato: Fiscal Administrativo do Contrato:	
RELATÓRIO	
Houve prestação do serviço? () sim () não	
Houve ocorrências contratuais? () sim () não	
Valor da Medição do mês atual	R\$
A medição do contrato foi elaborada conforme detalhado na planilha acostada aos autos sob o dígito verificador de nº XXX.	
Valor da Glosa do [mês] do [ano]	R\$
Valor da Glosa do [mês] do [ano]	R\$
Com aplicação das glosas o valor exato a ser pago é de R\$	
OCORRÊNCIAS IDENTIFICADAS	
PROVIDÊNCIAS / DOCUMENTOS EXPEDIDOS	

RESULTADOS/ACOMPANHAMENTO DAS PROVIDÊNCIAS
Procedo ao recebimento provisório do serviço. Encaminho ao Gestor do Contrato para ciência e providências. <i>(assinado eletronicamente)</i> NOME COMPLETO DO FISCAL TÉCNICO Fiscal Técnico do Contrato Matrícula Siape nº XXX
De acordo. <i>(assinado eletronicamente)</i> NOME COMPLETO DO GESTOR DO CONTRATO Gestor do Contrato Matrícula Siape nº XXX



Documento assinado eletronicamente por **Diego Passini Soares, Chefe de Setor**, em 11/07/2025, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **50813207** e o código CRC **801446A9**.

Referência: Processo nº 23765.010319/2025-63 SEI nº 50813207

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco
Juiz de Fora-MG, CEP 36038-330
- <http://www.hu-ufjf.ebserh.gov.br>

Encarte - SEI

ENCARTE F - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

O **GESTOR DE CONTRATO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas por meio da Portaria - SEI nº 214, de 03 de abril de 2023 (Documento SEI nº 28860943), e suas atualizações:

Atesta que o serviço foi prestado, conforme o Contrato nº ____/_____, com a empresa [INCLUIR RAZÃO SOCIAL COMPLETA], inscrita no CNPJ sob o nº [INCLUIR O NÚMERO COMPLETO DO CNPJ]:

() sem ressalvas

() com ressalvas, vide relatório de fiscalização técnica nº ____/____ (Documento SEI nº XXX).

e que o valor da nota fiscal nº XXX (Documento SEI nº XXX), da competência de [mês]/20XX, está de acordo com o respectivo contrato.

Desta maneira procedo ao **recebimento definitivo** desta parcela do serviço e encaminho para solicitação de autorização para pagamento a ser realizada pelo ordenador de despesas.

Registro que a planilha de controle de saldo do contrato da competência de [mês]/20XX foi acostada aos autos por meio do Documento SEI nº XXX, assim como foi atualizado o registro da planilha eletrônica disponibilizada pela Unidade de Contratos.

(assinado eletronicamente)

NOME COMPLETO DO GESTOR DO CONTRATO

Gestor do Contrato

Matrícula SIAPE nº XXX



Documento assinado eletronicamente por **Diego Passini Soares, Chefe de Setor**, em 11/07/2025, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **50813365** e o código CRC **9B0D0D21**.

Referência: Processo nº 23765.010319/2025-63 SEI nº 50813365



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco
Juiz de Fora-MG, CEP 36038-330
- <http://www.hu-ufjf.ebserh.gov.br>

Processo nº 23765.010319/2025-63

* MINUTA DE DOCUMENTO

TERMO DE CONTRATO Nº, CELEBRADO ENTRE A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH), UNIDADE HOSPITALAR HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (HU-UFJF), E

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH), UNIDADE HOSPITALAR HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (HU-UFJF), sediada na Avenida Eugênio do Nascimento, S/N, Aeroporto, Juiz de Fora/MG, CEP: 36.038-330, inscrita no CNPJ sob o nº 15.126.437/0025-10, UG-155903, neste ato representada pelo seu Superintendente, **José Otávio do Amaral Correa**, matrícula funcional nº 1299005, nomeado pela Portaria nº 399, de 30/06/2025, e por seu Gerente Administrativo, **Bruno Azevedo Gomes Freitas**, matrícula funcional nº 1840033, nomeado pela Portaria nº 099, de 22/03/2024, ambos no uso das atribuições conferidas pelo art. 154 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0 (RLCE 2.0);

CONTRATADA:, com sede na, CEP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, representada neste ato por (*nome*), CPF nº, *conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos*;

Conforme Processo Administrativo nº 23765.010319/2025-63, de acordo com a Dispensa de Licitação nº **90020/2025**, proposta comercial apresentada, Termo de Referência, seus encartes e anexos, a CONTRATANTE e a CONTRATADA celebram o presente Termo de Contrato, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0 (RLCE 2.0), dos normativos internos da Ebserh, e mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de apoio de exames de ressonância magnética e de tomografia computadorizada, de natureza continuada sem dedicação exclusiva de mão de obra, para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), unidade hospitalar Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF) nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1.1. Discriminação do objeto:

ITEM	CATSER	NATUREZA DA DESPESA DETALHADA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	10863	3.3.90.39.50	Serviços <u>mensais</u> de exame de ressonância magnética	Unidade	6
2	10740	3.3.90.39.50	Serviços <u>mensais</u> de exame de tomografia computadorizada	Unidade	6

1.1.2. Os exames que compõem os itens 1 e 2 são, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO
	ANGIORESSONÂNCIA CEREBRAL ARTERIAL OU VENOSA
	ANGIORESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE ABDÔMEN SUPERIOR

1	ANGIORESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE Pelve
	RESSONÂNCIA ATM (BILATERAL)
	RESSONÂNCIA COL. CERVICAL - (PESCOÇO, LARINGE, FARINGE, TIREOIDE, GLÂNDULAS SALIVARES)
	RESSONÂNCIA COL LOMBO SACRA
	RESSONÂNCIA COL. TORACICA
	RESSONÂNCIA DE CRANIO - (ÓRBITAS, OUVIDOS, FACE)
	RESSONÂNCIA SELA TURSICA
	RESSONÂNCIA MEMBRO SUPERIOR (OMBRO, BRAÇO, COTOVELO, ANTEBRAÇO, PUNHO E MÃO. CADA MEMBRO SUPERIOR)
	RESSONÂNCIA TORAX
	RESSONÂNCIA ABD. SUPERIOR
	RESSONÂNCIA BACIA/PELVE - (ABD. INFERIOR)
	RESSONÂNCIA MEMBRO INFERIOR (ARTICULAÇÃO COXOFEMURAL, COXA, JOELHO, PERNA, TORNZELO E PÉ DE CADA MEMBRO)
	RESSONÂNCIA VIAS BILIARES (COLANGIORES)
	RESSONÂNCIA CARDÍACA
	ENTERORRESSONÂNCIA (COBRADO ABD SUPERIOR + BACIA/PELVE)
	ADMINISTRAÇÃO DE CONTRASTE PARA RESSONÂNCIA
2	TOMOGRAFIA ART. MEMBRO INFERIOR - (INCLUI ART. SACRO ILÍACA)
	TOMOGRAFIA COL. CERVICAL
	TOMOGRAFIA COL. LOMBO SACRA
	TOMOGRAFIA COL. TORÁCICA
	TOMOGRAFIA FACE/SEIOS DA FACE/ATM
	TOMOGRAFIA PESCOÇO - (LARINGE, FARINGE, TIREOIDE, GLÂNDULAS SALIVARES)
	TOMOGRAFIA SELA TURCICA
	TOMOGRAFIA CRANIO - (ÓRBITAS, OUVIDO, HIPÓFISE)
	TOMOGRAFIA ART. MEMBRO SUPERIOR
	TOMOGRAFIA SEGMENTOS APENDICULARES (MÃO, PÉ)
	TOMOGRAFIA DE TORAX
	TOMOGRAFIA ABD. SUPERIOR
	TOMOGRAFIA BACIA/ PELVE - (ABD. INFERIOR)
	ENTERO TOMOGRAFIA - (COBRADO TC ABD. SUPERIOR + PELVE)
	ANGIOTOMOGRAFIA CRÂNIO/PESCOÇO
	ANGIOTOMOGRAFIA TÓRAX
	ANGIOTOMOGRAFIA ABDOME
	ANGIOTOMOGRAFIA PELVE
	ANGIOTOMOGRAFIA MEMBROS SUPERIORES
	ANGIOTOMOGRAFIA MEMBROS INFERIORES
	ADMINISTRAÇÃO DE CONTRASTE PARA TOMOGRAFIA

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. o Termo de Referência;

1.2.2. o instrumento convocatório;

1.2.3. a proposta da CONTRATADA;

1.2.4. eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO, ENTREGA E RECEBIMENTO

2.1. O regime de execução, as condições de entrega e de recebimento do objeto estão definidos no Termo de Referência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor mensal da contratação é R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

ITEM	CATSER	NATUREZA DA DESPESA DETALHADA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	10863	3.3.90.39.50	Serviços mensais de exame de ressonância	Unidade	6	R\$	R\$

			magnética				
2	10740	3.3.90.39.50	Serviços mensais de exame de tomografia computadorizada	Unidade	6	R\$	R\$

3.1.1. Os valores referentes aos exames que compõem os itens 1 e 2 constam na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (A)	QUANTIDADE MENSAL DE EXAMES (B)	VALOR TOTAL MENSAL POR EXAME (C) = (A*B)
1	ANGIORESSONÂNCIA CEREBRAL ARTERIAL OU VENOSA		1	
	ANGIORESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE ABDÔMEN SUPERIOR		1	
	ANGIORESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE Pelve		1	
	RESSONÂNCIA ATM (BILATERAL)		1	
	RESSONÂNCIA COL. CERVICAL - (PESCOÇO, LARINGE, FARINGE, TIREOIDE, GLÂNDULAS SALIVARES)		3	
	RESSONÂNCIA COL LOMBO SACRA		3	
	RESSONÂNCIA COL. TORACICA		3	
	RESSONÂNCIA DE CRANIO - (ÓRBITAS, OUVIDOS, FACE)		13	
	RESSONÂNCIA SELA TURSICA		1	
	RESSONÂNCIA MEMBRO SUPERIOR (OMBRO, BRAÇO, COTOVELO, ANTEBRAÇO, PUNHO E MÃO. CADA MEMBRO SUPERIOR)		1	
	RESSONÂNCIA TORAX		1	
	RESSONÂNCIA ABD. SUPERIOR		14	
	RESSONÂNCIA BACIA/PELVE - (ABD. INFERIOR)		9	
	RESSONÂNCIA MEMBRO INFERIOR (ARTICULAÇÃO COXOFEMURAL, COXA, JOELHO, PERNA, TORNOZELO E PÉ DE CADA MEMBRO)		5	
	RESSONÂNCIA VIAS BILIARES (COLANGIORES)		10	
	RESSONÂNCIA CARDÍACA		3	
	ENTERORRESSONÂNCIA (COBRADO ABD SUPERIOR + BACIA/PELVE)		1	
	ADMINISTRAÇÃO DE CONTRASTE PARA RESSONÂNCIA		40	
VALOR MENSAL DO ITEM 1				R\$
	TOMOGRÁFIA ART. MEMBRO INFERIOR - (INCLUI ART. SACRO ILÍACA)		8	
	TOMOGRÁFIA COL.			

2	CERVICAL	4	
	TOMOGRAFIA COL. LOMBO SACRA	4	
	TOMOGRAFIA COL. TORÁCICA	4	
	TOMOGRAFIA FACE/SEIOS DA FACE/ATM	10	
	TOMOGRAFIA PESCOÇO - (LARINGE, FARINGE, TIREOIDE, GLÂNDULAS SALIVARES)		
	TOMOGRAFIA SELA TURCICA	1	
	TOMOGRAFIA CRANIO - (ÓRBITAS, OUVIDO, HIPÓFISE)	2	
	TOMOGRAFIA ART. MEMBRO SUPERIOR	2	
	TOMOGRAFIA SEGMENTOS APENDICULARES (MÃO/PÉ)	2	
	TOMOGRAFIA DE TORAX	26	
	TOMOGRAFIA ABD. SUPERIOR	38	
	TOMOGRAFIA BACIA/ PELVE - (ABD. INFERIOR)	38	
	ENTEROTOMOGRAFIA (COMBADO TOM. ABD. SUPERIOR + PELVE)	2	
	ANGIOTOMOGRAFIA CRÂNIO/PESCOÇO	5	
	ANGIOTOMOGRAFIA TÓRAX	7	
	ANGIOTOMOGRAFIA ABDOME	4	
	ANGIOTOMOGRAFIA PELVE	2	
	ANGIOTOMOGRAFIA MEMBROS SUPERIORES	2	
	ANGIOTOMOGRAFIA MEMBROS INFERIORES	2	
	ADMINISTRAÇÃO DE CONTRASTE PARA TOMOGRAFIA	40	
	VALOR MENSAL DO ITEM 2		R\$

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

3.4. A forma, o prazo e demais condições para o pagamento à CONTRATADA estão definidos no Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **180 (cento e oitenta) dias**, com início em e encerramento em, nos termos do art. 29, inciso XV, da Lei nº 13.303/2016, e do art. 79, inciso XV, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0.

Nota explicativa: Em se tratando de dispensa emergencial, nos termos do art. 79, inciso XV, do RLCE 2.0, as parcelas de serviços devem ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

5. CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

GESTÃO/	FUNCIONAL	PTRES	FONTE DE	NATUREZA	VALOR
CONJUR - Contrato - Serviços (cont sem D.E.M.C)	51593010		SEI 23765.010319/2023-53		pg. 44

UNIDADE	PROGRAMÁTICA	RECURSOS	DESPESA

6. CLÁUSULA SEXTA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1. Não haverá exigência de garantia de execução na presente contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DO SERVIÇO

7.1. Será exigida a prestação de garantia do produto ou serviço na presente contratação, conforme regras definidas no Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas definidas no Termo de Referência, sendo que constitui especificamente obrigação da CONTRATADA conhecer os princípios, valores éticos e normas estabelecidas pelo Código de Ética e Conduta da Ebserh, assim como manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a sua contratação.

9. CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. As sanções relacionadas à execução contratual estão definidas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O Termo de Contrato se extingue quando vencido o prazo fixado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.2. A rescisão do Termo de Contrato pode ocorrer nas seguintes hipóteses:

10.2.1. de forma unilateral, assegurada, no regular processo administrativo, a prévia defesa com prazo não inferior a 10 (dez) dias úteis, por algum dos motivos previstos no art. 184 do RLCE 2.0;

10.2.1.1. A rescisão unilateral deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

10.2.1.2. A critério da CONTRATANTE, caso exista risco ao regular funcionamento da unidade, o prazo referido no item anterior poderá ser reduzido ou ampliado.

10.2.2. por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE e para a CONTRATADA;

10.2.3. por determinação judicial.

10.3. O Termo de Contrato pode ser extinto no caso de se constatar a ocorrência de impedimento previsto no art. 69 do RLCE 2.0.

10.4. As partes ajustam desde já que haverá a pronta extinção do Termo de Contrato, providenciada pela CONTRATANTE, a partir da conclusão do novo processo licitatório destinado à contratação dos serviços que constituem o seu objeto.

10.5. A extinção do Termo de Contrato, formalizada por Termo de Encerramento ou Termo de Rescisão, será precedida, sempre que possível, de:

10.5.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.5.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.5.3. indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - REAJUSTE

11.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual estão definidas no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma definida no Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUBCONTRATAÇÃO

13.1. As regras a respeito da subcontratação do objeto são aquelas definidas no Termo de Referência.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais serão regidas pelo art. 171 e seguintes do RLCE 2.0, bem como pelas regras definidas no Termo de Referência.

14.2. Registros que não caracterizam alteração contratual podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ANTICORRUPÇÃO

15.1. Nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Termo de Contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Termo de Contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ANTINEPOTISMO

16.1. É vedada a utilização pela CONTRATADA, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto n.º 7.203/2010.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. As previsões relacionadas à proteção de dados pessoais estão definidas no Termo de Referência.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 13.303/2016, no Decreto n.º 8.945/2016, no RLCE 2.0 e nas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

19.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação no Diário Oficial da União e no Portal da Ebserh, conforme o art. 155 do RLCE 2.0, assim como no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

20.1.1. a CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;

20.1.2. poderá ser admitida a adoção de mecanismos de solução pacífica de conflito relativos a direitos patrimoniais disponíveis, observando-se as disposições da Lei n.º 9.307/1996;

20.1.3. o procedimento para parcelamento e compensação de débito resultante de multa administrativa e/ou indenizações seguirá, no que couber, a Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022;

20.1.4. o procedimento para cessão de crédito observará as seguintes regras:

20.1.4.1. as cessões de crédito, de qualquer natureza, dependerão de prévia aprovação do contratante.

20.1.4.2. a eficácia da cessão de crédito em relação à Administração está condicionada à celebração de termo aditivo ao presente contrato.

20.1.4.3. sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à comprovação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar, nos termos do art. 69 do RLCE 2.0, que não está proibido de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, conforme o art. 12 da Lei n.º 8.429/1992, e que foi observada a Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh.

20.1.4.4. o crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas aplicáveis no regime jurídico incidente sobre o contrato, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

20.1.4.5. a cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

21. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - FORO**

21.1. É eleito o Foro da da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação.

Juiz de Fora, data da última assinatura

(assinado eletronicamente)

REPRESENTANTE

CONTRATADA

(assinado eletronicamente)

BRUNO AZEVEDO GOMES FREITAS

GERENTE ADMINISTRATIVO
CONTRATANTE

(assinado eletronicamente)

JOSÉ OTÁVIO DO AMARAL CORREA

SUPERINTENDENTE
CONTRATANTE



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Castro Abreu, Chefe de Unidade**, em 23/07/2025, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **51593010** e o código CRC **BD02D133**.

Referência: Processo nº 23765.010319/2025-63 SEI nº 51593010

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco, Juiz de Fora/MG, CEP 36038-330
- <http://www.hu-ufjf.ebserh.gov.br>

Declaração - SEI

Processo nº 23765.010319/2025-63

Interessado: @interessados_virgula_espaco@

**HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH**

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA IMPEDIMENTOS

RAZÃO SOCIAL: , inscrita no CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, declara para fins do disposto no art. 38 da Lei 13.303/2016, no art. 69 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0) e no art. 18, XI, da Lei n.º 14.791/2023, que **NÃO** se enquadra nas condições de impedimento estabelecidas abaixo:

Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0)

Art. 69. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh a empresa:

- I - suspensão no âmbito da Rede Ebserh;
 - II - declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
 - III - impedida de licitar e de contratar com a União;
 - IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
 - IX - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;
 - X - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.
- § 1º Aplica-se a vedação prevista no caput:
- I - à contratação, como pessoa física ou em procedimentos licitatórios, na condição de licitante, de integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh, bem como de integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino e congêneres signatários de contratos de gestão com a Ebserh;
 - II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;
 - b) empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou estejam envolvidos no respectivo processo de contratação;
 - c) autoridade do Ministério da Educação;
 - d) autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.
 - III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.
- § 2º A vedação prevista no caput também será aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- § 3º A aplicação das vedações previstas nos incisos IV a VIII do caput e no § 2º deverá ser precedida de realização de diligências para verificar se houve tentativa de fraude por parte das empresas apontadas, por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, datas de abertura, dentre outros, sendo necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua desclassificação.
- § 4º O disposto nos §§ 2º e 3º deve ser observado quando da emissão de nota de empenho, formalização da contratação e pagamento.

Art. 18. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

[...]

XI - pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão que pretenda contratar, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados.

_____, ____ de _____ de _____

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Fernandes Afonso, Chefe de Unidade**, em 14/07/2025, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **51310347** e o código CRC **A6145766**.